

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

RODRIGO SANTOS CARVALHO

ENTRE A RAZÃO ILUMINISTA E A RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE DAS  
ABORDAGENS DE MICHELET E TOCQUEVILLE SOBRE A REVOLUÇÃO  
FRANCESA NO SÉCULO XIX

RODRIGO SANTOS CARVALHO

ENTRE A RAZÃO ILUMINISTA E A RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE DAS  
ABORDAGENS DE MICHELET E TOCQUEVILLE SOBRE A REVOLUÇÃO  
FRANCESA NO SÉCULO XIX

Trabalho de Conclusão de Curso do programa de Graduação em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, elaborado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduado em História. Orientador: Prof. Dr. Jose Maria Vieira de Andrade. PICOS – 2022.

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**C331e** Carvalho, Rodrigo Santos

Entre a razão iluminista e a religiosidade: uma análise das abordagens de Michelet e Tocqueville sobre a revolução francesa no século XIX [recurso eletrônico] / Rodrigo Santos Carvalho – 2022.  
48 f.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-  
CSHNB

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do  
Piauí, Licenciatura em História, Picos, 2022.

“Orientador: Dr. José Maria Vieira de Andrade”

1. Revolução francesa. 2. Iluminismo. 3. Religião. 4. Michelet. 5.  
Tocqueville. I. Andrade, José Maria Vieira de. II. Título.

**CDD 944.04**

**Emanuele Alves Araújo CRB 3/1290**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí Fone: (89) 3422  
2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e oito dias de agosto de 2023, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, por meio da plataforma digital Google Meet, às 14 horas, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Rodrigo Santos Carvalho**, sob o título **ENTRE A RAZÃO ILUMINISTA E A RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS DE MICHELET E TOCQUEVILLE SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA NO SÉCULO XIX**.

A banca foi constituída pelos professores:

**Orientadora: Prof. Dr. José Maria Vieira de Andrade**

**Examinadora Interna: Profa. Dra. Olívia Candeia Lima Rocha**

**Examinador Interno: Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa**

Após as arguições, a banca deliberou pela **aprovação** do candidato, tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de **10,00**.

Picos (PI), 29 de agosto de 2023.

**Orientador:**

*José Maria Vieira de Andrade*

**Examinadora:**

*Olívia Candeia Lima Rocha*

**Examinador:**

*Francisco Waldílio da Silva Sousa*

*Dedico este trabalho aos meus amados pais, cujo amor e apoio foram as bases de todas as minhas conquistas.*

## AGRADECIMENTOS

Esta monografia é o resultado de uma longa jornada, na qual várias pessoas generosamente contribuíram para que ela se concretizasse. Portanto, expresso minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, me possibilitaram alcançar esse notável feito.

Desde o princípio desejo manifestar minha sincera gratidão ao senhor Francisco de Assis Carvalho e à senhora Enoi Rosa dos Santos, meus queridos pais. Eles sempre se empenharam ao máximo para me proporcionar uma base sólida nos estudos, oferecendo-me a oportunidade que eles próprios não tiveram de chegar ao ensino superior. Seu incansável apoio e dedicação permanecerão sempre marcados em minha trajetória.

Expresso também minha profunda gratidão ao meu orientador, o professor Dr. José Maria Vieira Andrade. Como aluno e orientando, aprendi muito com ele, e sua inspiração como profissional e ser humano é admirável. Sob sua orientação, nunca me senti desamparado, e estou extremamente agradecido por seu comprometimento e orientação contínuos ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Não posso deixar de expressar minha gratidão à professora Dra. Olívia Candeia Lima Rocha, cuja orientação na elaboração do meu projeto de pesquisa foi inestimável. Sua participação na banca de TCCI enriqueceu meu trabalho com dicas valiosas. Sem o apoio e o aconselhamento dela, minha pesquisa não teria atingido esse patamar.

Também estendo meu agradecimento ao Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a toda a comunidade universitária do campus Helvídio Nunes de Barros, desde os professores, os zeladores, vigilantes etc. A infraestrutura e os recursos fornecidos por essa instituição possibilitaram não apenas meu crescimento cultural e intelectual, mas também o desenvolvimento de laços de amizade que espero levar comigo para o futuro.

Por último, mas definitivamente não menos importante, estendo meu mais sincero agradecimento aos meus familiares, aos amigos de longa data e aos ex-professores do ensino fundamental e médio. Essas são as pessoas que desempenham um papel essencial na construção da minha identidade e por isso lhes sou profundamente grato. Cada um de vocês contribuiu para moldar quem sou hoje. Muito Obrigado!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir o conflito entre a razão iluminista e as crenças religiosas no contexto da Revolução Francesa nos escritos de Alexis de Tocqueville e Jules Michelet, dois proeminentes intelectuais franceses do século XIX. O estudo concentra-se nas obras que se debruçam sobre o período do final do século XVIII à primeira metade do século XIX: "O Antigo Regime e a Revolução" (1856) de Tocqueville e a "História da Revolução Francesa: Da queda da Bastilha à festa da federação" (1847-1853) de Michelet. Através de uma análise bibliográfica e comparativa, almeja-se alcançar os seguintes resultados: obter uma perspectiva abrangente das visões contrastantes dos dois autores acerca desse acontecimento histórico, ao mesmo tempo identificando os pontos de convergência entre eles. No estudo, procuramos de modo geral entender melhor como as narrativas historiográficas dos dois autores cristalizaram uma interpretação sobre o embate entre razão iluminista e as crenças religiosas que ecoa para além do século XIX e que são fundamentais para a compreensão das noções de democracia na contemporaneidade.

Palavras Chave: **Michelet; Tocqueville; Revolução Francesa; Religião; Racionalismo**

## **ABSTRACT**

This research aims to discuss the conflict between Enlightenment reason and religious beliefs in the context of the French Revolution as addressed in the writings of Alexis de Tocqueville and Jules Michelet, two prominent 19th-century French intellectuals. The study focuses on works that delve into the period from the late 18th century to the first half of the 19th century: Tocqueville's "The Old Regime and the Revolution" (1856) and Michelet's "History of the French Revolution" (1847-1853). Through a bibliographic and comparative analysis, the following outcomes are aimed for: to gain a comprehensive perspective on the contrasting views of the two authors regarding this historical event, while simultaneously identifying points of convergence between them. In this study, the broader aim is to better comprehend how the historiographic narratives of the two authors crystallized an interpretation of the clash between Enlightenment reason and religious beliefs that reverberates beyond the 19th century and is pivotal to the understanding of contemporary notions of democracy.

**Keywords: Michelet; Tocqueville; French Revolution; Religion; Rationalism**



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>05</b>
<b>CAPÍTULO 1: A relevância de Michelet e Tocqueville para a Historiografia Contemporânea</b> .....	<b>11</b>
1.1: Contextualizando Michelet e Toqueville .....	11
1.2: Contribuições de Michelet e Toqueville para o século XX e além .....	13
1.3: Conclusão do Primeiro Capítulo .....	15
<b>CAPÍTULO 2: A Revolução Francesa segundo Michelet e Tocqueville</b> .....	<b>16</b>
2.1: A Revolução Francesa em Michelet, o grande marco contemporâneo .....	16
2.2: A Revolução Francesa em Tocqueville, a consolidação do iluminismo .....	22
2.3: Conclusão do Segundo Capítulo .....	26
<b>CAPÍTULO 3: O Estado, a Democracia e a Religião em Michelet e Tocqueville ...</b>	<b>29</b>
3.1: As diferentes interpretações acerca da ação revolucionária e suas consequências para a Nova Era .....	29
3.2: O ataque a Igreja e o Estado Secular .....	34
3.3: Conclusão do Terceiro Capítulo .....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES</b> .....	<b>43</b>
4.1: Fontes .....	43
4.2 Referências Bibliográficas .....	43

## INTRODUÇÃO

A Revolução Francesa é um dos eventos históricos mais importantes e influentes da história mundial, e sua abordagem na historiografia do século XIX é um assunto crucial para compreendermos a forma como a Revolução foi vista e interpretada ao longo do tempo. Dois dos historiadores mais importantes desse período, Jules Michelet e Alexis de Tocqueville, escreveram obras fundamentais sobre o assunto: “História da Revolução Francesa” (1847-1853) e “O Antigo Regime e a Revolução” (1856), respectivamente. Nesta pesquisa, serão examinados os aspectos ideológicos dessas obras para entender como a construção do espírito revolucionário francês foi pensada e interpretada pelos autores, e como o embate entre iluminismo e o cristianismo, para muitos historiadores uma das principais características da Revolução Francesa, foi tratado<sup>1</sup>.

Esse confronto entre duas forças motrizes da época, um que exprime a tradição e o conservadorismo, e outra que emula a ideia de progresso através da mudança, é uma questão que ainda é relevante hoje em dia sendo fundamental para compreendermos o impacto da Revolução Francesa no século XIX e além.

Se um dia houve algum vislumbre, por exemplo, de um mundo sem crenças e misticismos, se isso foi ou é considerado uma ideia progressista por um número considerável de intelectuais, tendo em vista algumas experiências do século XX, devem esses terem imaginado a ciência como substituta imediata às crenças, como provedora de respostas para todos os fenômenos, pois as crenças outrora assumiam tal papel.

O processo que me levou a escolher essa temática não foi fácil. Inicialmente pensei em trabalhar com algo que fosse amplo e tivesse relevância na atualidade. Como sou apaixonado por retórica, imaginei analisar dois discursos que são popularmente considerados antagônicos há séculos – embora erroneamente, pois podem coexistir –, um dos debates mais recorrentes nos dias atuais: fé versus razão, os acolhi nessa empreitada por julgar essa discussão uma boa

---

<sup>1</sup>A Igreja frequentemente emerge como a instituição dominante durante a Idade Média, enquanto o secularismo destaca-se como uma das características frequentemente associadas ao Estado contemporâneo. Esses padrões são abundantemente referenciados nas diversas formas de mídia. A filósofa Hannah Arendt aprofunda-se nessa transformação, caracterizando-a como uma expressão da mentalidade moderna que reage ao Estado absolutista (ARENDR, 1988, p. 53). Um estudo notável sobre a "descristianização" da França nos séculos XVIII e XIX é apresentado por Michael Vovelle e discutido por Peter Burke. Esse estudo conclui que uma tendência à descristianização emergiu durante a Revolução Francesa e que tal tendência evoluiu de forma espontânea (BURKE, 1992, p. 63). Para muitos autores, esse clima de descrença encontra suas raízes na proximidade entre os regimes absolutistas e a Igreja, que desencadeou críticas fervorosas dos iluministas.

lente para debruçar-me na historiografia oitocentista, em alguns dos clássicos franceses que abordam a temática da grande revolução e que são meus objetos de pesquisa.

Conforme Hobsbawm observa, no final do século XVIII, os governos europeus “com qualquer pretensão a uma política racional estavam consequentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial [...]” (HOBSBAWM, 2011, p.47). Nesse contexto, as reflexões sociais que floresceriam no século XIX estavam profundamente interligadas com questões de natureza produtiva e econômica, que seriam pensadas por nomes como Karl Marx. Entretanto, o século XIX também trouxe avanços noutros campos, com pensadores como Friedrich Nietzsche e Charles Darwin, que desencadearam um período de grande avanço para as ciências humanas e naturais<sup>2</sup>. Embora o século XIX talvez não tenha representado uma vitória definitiva da razão sobre a religião, ele certamente marcou um momento de virada, abrindo um vasto horizonte de oportunidades na forma de novos campos de estudo.

E dentro desse tema, este trabalho tem como objetivo apresentar uma perspectiva sobre esse embate na historiografia do século XIX, tendo como fontes as obras clássicas supracitadas, que são precursoras nos estudos sobre a Revolução Francesa. A pesquisa pode fornecer uma compreensão mais profunda sobre como a Revolução Francesa e a escrita da história foi pensada no século XIX.

Há alguns anos li alguns capítulos de "História da Revolução Francesa", pois estava numa daquelas de pesquisar por livros, textos e autores de tempos longínquos; fascínio esse que me caracteriza, a busca por clássicos. Por outro lado, minha primeira exposição ao trabalho de Tocqueville foi através da leitura de "Democracia na América", mas foi a menção frequente a esse autor por parte do Professor Dr. Daniel Gomes de Carvalho, um historiador que acompanho e admiro via redes sociais, e que trabalha muito com a Revolução Francesa, que me inspirou a incluí-lo neste estudo.

Como um intelectual polímata – característica comum aos homens do conhecimento de sua época – e, portanto, entusiasta da natureza, da arte e literatura e das transformações sociais

---

<sup>2</sup> O século XIX representou a consolidação de diversas transformações iniciadas no século XVIII. A disseminação dos trens e navios a vapor, bem como a invenção do telégrafo, foram marcos cruciais desse período, pois possibilitaram uma revolução dos transportes e na comunicação. Por outro lado, como Hobsbawm menciona em seu livro “A Era das Revoluções”, a divisão das ciências em “pura”, sendo o conhecimento pelo conhecimento, e “aplicada”, portanto, o conhecimento que busca a resolução de problemas; é produto da intelectualidade do século XIX. (HOBSBAWM, 2011, p.47). Ou seja, nas palavras do historiador inglês, uma característica da ciência do século XIX em relação ao XVIII é o surgimento de uma categoria para a ciência não voltada aos interesses das indústrias, embora considerada inferior.

de seu tempo, nascido em uma família não abastada, Jules Alexis Francois Michelet (1798-1874) foi um apaixonado por seu país, filho de um tipógrafo, mantinha relação próxima com a leitura e com a política das conturbadas primeiras décadas do século XIX.

Jules Michelet viveu sob o governo napoleônico e aos 17 anos presenciou a batalha de Waterloo, que marcou o fim da carreira militar e política de Napoleão Bonaparte e o início de um novo equilíbrio de poder na Europa, testemunhou todas as mudanças e transformações sociais e econômicas após a Revolução Francesa e partindo de sua experiência, refletiu sobre o povo francês e a nação francesa, ajudando a construir as bases que solidificaram a compreensão moderna do conceito de estado-nação, instituição indissociável das sociedades contemporâneas.

Em seus escritos, Michelet foi um dos pioneiros em muitos temas importantes, como a questão feminina em seu livro “A Feiticeira” (1862), que traz uma representatividade da mulher no período medieval, colocando a figura mítica da feiticeira como símbolo do poder feminino. E claro, a sua obra mais relevante para a historiografia, a “História da Revolução Francesa” (1847-1853), que aborda questões relacionadas a formação do estado-nação moderno e centraliza o conceito de povo em suas análises.

Por sua vez, Charles Alexis Henri Cléret de Tocqueville (1805-1859) nasceu em Paris, em 29 de julho de 1805, como herdeiro de uma importante família aristocrática normanda, tendo vivido o período da restauração da monarquia francesa, no contexto pós Revolução de 1789, tendo sido testemunha também da Revolução de 1848 e a Segunda República da França, ou seja, Tocqueville viveu uma França turbulenta de alternância entre monarquia e república, e não enxergava essa instabilidade como positiva, não protestava contra o progresso, mas tecia críticas aos caminhos escolhidos.

Em 1831, Tocqueville embarcou numa viagem para os Estados Unidos da América com o objetivo inicial de conhecer o sistema penitenciário, mas a sua jornada se transformou em uma observação rigorosa e descrição detalhada da vida política, incluindo elogios ao movimento democrático americano, que ele considerava irresistível, sob muitos aspectos, um modelo. Inspirado por suas experiências do outro lado do atlântico, lançou em 1835 a primeira parte de uma de suas obras centrais, “A Democracia na América”, finalizando-a em 1840 com o lançamento da segunda parte do livro.

A obra a que pretendo me debruçar para as finalidades desse estudo, “O Antigo Regime e a Revolução”, foi lançada por um Tocqueville em seu auge intelectual, aos seus 51 anos de idade, em 1856, com todas as ponderações e refutações que a sua experiência e status poderiam

lhe assegurar. Era um homem que simpatizava com a racionalidade iluminista, que de sua confortável posição na sociedade desigual em que vivia, declarava sua posição em favor do progresso social, mas argumentava em defesa da importância da religiosidade para a manutenção das instituições e da estabilidade.

Para embasar esta pesquisa, vários trabalhos foram consultados, incluindo a tese de doutorado do professor Daniel Gomes de Carvalho, intitulada “O pensamento radical de Thomas Paine”, que fornece uma análise substancial sobre as obras “O Antigo Regime e a Revolução” de Alexis de Tocqueville e “Rights of Man” de Thomas Paine, através de diálogos entre as ideias de ambos. Outras referências incluem o artigo de Gabriela Rizo, que analisa “História da Revolução Francesa” de Jules Michelet e o artigo “Religião e Revolução nas principais obras de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville”, de Christian Jacob Schallenmueller, que discute as obras “Reflections on the Revolution in France” de Edmund Burke e “O Antigo Regime e a Revolução de Alexis” de Tocqueville. Embora esses textos não ofereçam uma comparação direta entre os autores objeto desta pesquisa, eles se concentram nas questões discutidas neste trabalho.

As discussões propostas por este estudo serão de natureza bibliográfica com enfoque numa análise comparativa das diferentes perspectivas de Michelet e Tocqueville sobre a Revolução de 1789, norteadas pelas concepções particulares desses autores sobre a importância que ambos atribuem a aos agentes ideológicos, fé cristã e razão iluminista, no contexto revolucionário e nos anos e décadas posteriores; como percebem a relação deles com o regime democrático e como concebem a superação do cristianismo pela razão iluminista.

A elaboração da escrita deste trabalho se baseia na análise de duas fontes historiográficas, ambas detentoras de singularidades, frutos de um tempo, um contexto e de visões de mundo destoantes sobre a Revolução Francesa e seus agentes ideológicos, como irei me referir em alguns momentos a fé cristã e o racionalismo iluminista, entretanto é necessário destacar que esse trabalho não trata sobre a Revolução em si, mas sim sobre como ela foi pensada e interpretada nos escritos de Michelet e Tocqueville.

Os fundamentos para a análise das fontes, “História da Revolução Francesa” (1847-1853) e “O Antigo Regime e a Revolução” (1856), envolvem a compreensão de sua temporalidade, do lugar social dos autores e do trabalho teórico despendido por eles, entendidos sobre a perspectiva de Michel De Certeau, sob a qual a história é um processo de transformação de objetos físicos, suas fontes textuais, em cultura; ou tradução ou ressignificação, atribuição

de outros significados, construção de novos modelos, possuindo, também como objetos de estudo, elementos narrativos, tal como a tradição oral, e o entendimento de que todos esses aspectos fazem parte de uma intensa disputa de narrativa.

Este estudo será estruturado em três capítulos, divididos em subtópicos, ordenados por temática. Inicialmente, no primeiro capítulo, será discutida a relevância de Jules Michelet e Alexis de Tocqueville nos estudos sobre a Revolução Francesa, e como esses autores se inserem no contexto contemporâneo. No segundo capítulo, serão expostas as perspectivas dos autores acerca da Revolução Francesa, destacando suas visões particulares a partir de suas obras “História da Revolução Francesa” (1847-1853) e O “Antigo Regime e a Revolução” (1856), com o objetivo de construir um panorama geral das ideias que serão abordadas no capítulo seguinte. No terceiro capítulo, serão aprofundados e analisados alguns argumentos dos autores estudados, buscando focar nas questões sobre o que possibilitou a ascensão das ideias iluministas naquela conjuntura, onde a religiosidade predominou por tanto tempo, qual seria, nas diferentes visões, o papel da religião para com o povo e como agia frente às instituições da era pré e pós-revolução.

O primeiro capítulo deste estudo tem por intenção familiarizar o leitor da historiografia que trata dos objetos de estudo, os referidos historiadores oitocentistas Michelet e Tocqueville em suas perspectivas sobre religião e razão no contexto da Revolução Francesa, destacadas em suas obras já mencionadas. Não se prendendo ao século XIX, mas abordando também como o debate sobre esses autores se deu no decorrer do século XX e atualmente.

O segundo capítulo foi estruturado inspirado em um artigo intitulado “A escrita de uma Revolução: um diálogo entre Aléxis de Tocqueville e Jules Michelet”, escrito por Elisa Roubert Lage Dos Anjos e Juliana Werneck Machado. Optei por apresentar as ideias dos autores individualmente antes de confrontá-las, pois acredito que isso seja mais didático para o leitor. Ao conhecer as ideias de cada autor individualmente, é mais fácil reconhecer de quem é cada ideia, o que ajuda a compreender melhor um texto crítico que mistura as ideias de ambos. Além disso, acredito que essa estrutura seja a melhor entre as opções disponíveis.

Tal capítulo parte das diferentes concepções de cada autor sobre a Revolução Francesa como um fato, debruçando-se sobre o papel atribuído a cada um dos dois agentes transformadores da sociedade, a religião e o iluminismo, e qual a importância atribuída a esses para o futuro, para o novo regime vindouro, o regime democrático.

O terceiro capítulo se dedica a um diálogo entre as fontes, visando a uma compreensão mais profunda das convergências e divergências nas análises de Michelet e Tocqueville sobre a Revolução Francesa e suas implicações futuras. Investigaremos a interação complexa entre fé e razão e como a religião cristã teve sua função redefinida em meio à Revolução, influenciando a formação das sociedades democráticas modernas, de acordo com as concepções dos dois autores.

Ao examinar as perspectivas de ambos, exploraremos como ocorreu o equilíbrio, confronto e reconfiguração entre fé e razão nesse contexto de transformação ideológica. Ademais, avaliaremos o impacto dessas ideias na compreensão da participação popular, no papel do Estado secularizado e nas configurações do novo modelo de sociedade que emergia nas décadas posteriores ao 5 de maio de 1789.

## **CAPÍTULO 1: A RELEVÂNCIA DE MICHELET E TOCQUEVILLE PARA A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA**

### 1.1: Contextualizando Michelet e Toqueville

No intuito deste estudo, é essencial começar com uma contextualização das fontes e de seus autores, pois eles serão os elementos centrais de análise nesta pesquisa. Uma vez que Jules Michelet e Alexis de Tocqueville são intelectuais contemporâneos, situados principalmente no século XIX, eles serão explorados dentro do mesmo contexto amplo. Serão consideradas suas posições sociais específicas como pontos de destaque. Além disso, como parte dos objetivos deste primeiro capítulo, o ponto de partida para situar temporalmente Michelet e Tocqueville será o século XVIII, em vez do XIX, visto que a sociedade na qual esses autores estão imersos, bem como o próprio conteúdo de seus estudos, foi diretamente moldada pelos eventos que precederam o século XIX.

A Revolução Francesa é definida pela historiografia tradicional como o evento que dá fim a idade moderna e inicia a idade contemporânea. Para Hannah Arendt, filósofa alemã do século XX, a Revolução é o fenômeno que mais caracteriza a modernidade, pois “a questão social começou a desempenhar um papel revolucionário somente quando os homens, na era moderna e não antes, começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana [...]”. (ARENDR, 1988, p.49). Portanto urge dessa configuração social as novas demandas cujo sistema político que regia a sociedade francesa até então, não atendia, e delas surgia o contexto que nos servirá de pano de fundo.

A instabilidade notada no final do século XVIII não se dissipou no século XIX; ao contrário, esse período também se caracterizou por uma série de mudanças significativas. Revoluções tecnológicas como a Revolução Industrial, que redefiniu as bases da produção e do trabalho, e as diversas revoluções políticas, como as de 1830 e 1848<sup>3</sup>, demonstram claramente a natureza tumultuada desse século, em que emergiram diversos pensadores proeminentes que focalizaram criticamente a sociedade.

---

<sup>3</sup> A Revolução de 1830, também conhecida como a Revolução de Julho, foi um levante popular que resultou na substituição da monarquia Bourbon pela monarquia de Luís Filipe na França. Já a Revolução de 1848, ocorrida em vários países europeus, teve como marco principal a instabilidade política e social que levou à queda de várias monarquias e à emergência de governos republicanos e democráticos.



No âmbito destas discussões de natureza social, que de certa forma também caracterizam a contemporaneidade, Jules Michelet e Alexis de Tocqueville se destacam por suas abordagens singulares à Revolução Francesa. Embora Michelet tenha emergido de uma família materialmente modesta, em contraste com o visconde de Tocqueville, um nobre aristocrata, ambos exploraram temas relacionados à interação entre o povo e a sociedade. A diferença marcante em suas origens sociais não obstruiu a convergência na exploração dessa dinâmica, e suas posições na estrutura social se refletem em suas escritas. Enquanto Michelet se coloca como defensor do povo, Tocqueville adota uma perspectiva de cima para baixo.

As distinções entre as perspectivas de Michelet e Tocqueville ficam nitidamente evidentes ao examinarmos duas de suas obras emblemáticas: "História da Revolução Francesa" (1847-1853) de Michelet e "O Antigo Regime e a Revolução" (1856) de Tocqueville. A proximidade temporal desses autores com os eventos da Revolução Francesa confere um valor inestimável à compreensão das abordagens que eles adotam. Ao analisarmos suas obras à luz do contexto social, político e tecnológico da época, desfrutamos de uma visão profundamente enriquecedora das diversas perspectivas que eles oferecem sobre esse momento histórico marcante.

Os eventos políticos de grande magnitude que ocorreram no desfecho da primeira metade do século XIX, nomeadamente as Revoluções de 1830 e 1848, conforme destacado pelo renomado historiador britânico Eric Hobsbawm, podem ser interpretados como reações diretas a uma estrutura política europeia que se especializara em reprimir manifestações populares de larga escala, em uma espécie de resposta reflexa aos acontecimentos da Revolução Francesa. Segundo Hobsbawm, “a rigidez dos regimes políticos de 1815, que foram projetados para rechaçar toda mudança de teor nacional ou liberal, não deixou qualquer escolha até mesmo para o mais moderado dos opositoristas, a não ser a do status quo ou da Revolução”. (HOBSBAWM, 2011, p.479).

É nesse eco poderoso da Revolução Francesa que encontramos o cenário vital que contextualiza as obras de Michelet e Tocqueville, fontes deste estudo. As chamadas revolucionárias clamavam por mudanças radicais, enquanto o sistema político, sentindo-se encurralado, respondia à pressão crescente, tendo o passado revolucionário como advertência, consciente de que, mais cedo ou mais tarde, seria obrigado a ceder às demandas transformadoras desse turbulento período histórico.

## 1.2: Contribuições de Michelet e Toqueville para o século XX e além

Na perspectiva da historiografia dos séculos XX e XXI, Michelet e Tocqueville surgem como notáveis intelectuais franceses. Ambos contemporâneos, eles têm sido revisitados com objetivos diversos. Essas revisitações buscam ampliar a compreensão da Revolução Francesa, explorar seus registros testemunhais e as impressões dos anos posteriores a esse evento histórico. Além disso, examinam suas ideias sobre a natureza das instituições políticas e como elas deveriam operar ou ser fundamentadas, e no caso desta pesquisa, também tratar de religião e racionalismo.

Na apresentação de seu livro, “A Escola dos Annales” (1991), que leva o subtítulo, “A Revolução Francesa da Historiografia”, o historiador inglês Peter Burke ressalta a relevância de Michelet para o desenvolvimento da ciência histórica. Ele destaca a importância do romantismo histórico francês<sup>4</sup> e atribui a Michelet a responsabilidade por aumentar a sensibilidade do povo francês. Segundo Burke, “Sem dúvida, a obra histórica e pessoal de Michelet muito contribuiu para essa transformação, pois ele foi não apenas o grande historiador da Revolução, mas também o homem que transformou o fato histórico na saga de uma nação”. (BURKE, 1991, p.5)

Em contrapartida, “no extremo oposto de Michelet está Alexis de Tocqueville”. (NOGUEIRA, 2021, p.53-54). O historiador Carlos Nogueira destaca que Tocqueville enfoca um contraponto fundamental: a aspiração à igualdade, vista como legítima para revoluções, frente à busca pela liberdade, que, em sua perspectiva, carrega o potencial de provocar corrupção, negligência dos direitos individuais e até o surgimento de tendências autoritárias. Tocqueville é amplamente citado na análise da ascensão dos regimes totalitários no século XX, como veremos a seguir. Este contraponto fundamental entre Tocqueville e Michelet será minuciosamente explorado ao longo deste trabalho monográfico.

Este tópico objetiva demonstrar a relevância significativa de Michelet e Tocqueville para a historiografia, enfatizando suas marcantes contribuições e o impacto duradouro de obras emblemáticas como "História da Revolução Francesa" (1847-1853) de Michelet e "O Antigo Regime e a Revolução" (1856) de Tocqueville. Suas análises proporcionam uma compreensão

---

<sup>4</sup> O Romantismo Histórico Francês foi um movimento intelectual do século XIX que buscava uma abordagem mais emocional e subjetiva na interpretação e narrativa da história. Caracterizado pela ênfase na narrativa vívida, na exploração de personagens e na valorização das histórias populares, entre outras características.

profunda das transformações sociais, políticas e culturais do período e têm o potencial de influenciar a compreensão de eventos para além desse marco histórico.

Um dos temas mais relevantes do século XX diz respeito à crise das democracias liberais e ao surgimento de propostas de sociedades alternativas que resultaram na formação de regimes totalitários. Para compreender a ascensão do totalitarismo e seu amplo apoio popular, Hannah Arendt recorre a Tocqueville, citando as palavras do notável historiador francês: “As massas sentem-se naturalmente atraídas pelos sistemas absolutistas que pretendem ver todos os eventos da história dependentes das grandes causas originais ligadas pela corrente da fatalidade [...]”. (TOCQUEVILLE, apud Arendt, 1989, p.395).

Ou seja, tanto Arendt quanto Tocqueville, embora tenham analisado fenômenos sociais em contextos temporais distintos, chegaram à conclusão de que as massas, em meio a seus levantes impetuosos, tendem a ser atraídas por explicações simplistas e unificadoras. Essa inclinação por narrativas que proporcionem um sentido claro e organizado aos eventos, muitas vezes em detrimento da complexidade subjacente, desempenha um papel crucial na formação do apoio popular a sistemas políticos autoritários ou totalitários. Esse entendimento estabelece Tocqueville como uma referência intelectual duradoura, um autor além de sua época e contexto particular.

O outro autor a ser considerado neste trabalho, Jules Michelet, merece reconhecimento indiscutível como um dos intelectuais mais destacados do século XIX, cuja relevância vai além de sua época. O historiador Carlos Roberto Figueiredo Nogueira descreve Michelet como o melhor historiador oitocentista, e destaca, em falas de Le Goff a sua relevância, como o “Profeta da Nova História”. (LE GOFF, apud Nogueira, 2021, p.53). A “Nova História” que veio a ser uma nova abordagem da história lançada na segunda metade do século XX, inaugurou uma era de pluralidade temática em que as narrativas das classes subalternas, dos marginalizados e daqueles frequentemente negligenciados, os “vistos de baixo”, encontraram um diálogo fecundo para mostrar suas perspectivas de mundo.

Portanto, relevância de Michelet e Tocqueville para a historiografia e a compreensão de fenômenos políticos é incontestável, revelando-se na profundidade com que suas abordagens singulares à Revolução Francesa e eventos do século XIX iluminam nuances complexas e suas consequências duradouras. Suas obras, poderosas e atemporais, transcenderam seus contextos originais, enriquecendo nosso entendimento do passado e projetando luz sobre desafios presentes e futuros.

### 1.3: Conclusão do Primeiro Capítulo

Finalizando este capítulo, que teve como propósito oferecer uma breve introdução aos autores que serão objeto de análise nesta monografia, examinando inicialmente o contexto e, em seguida, suas contribuições para a história e o legado intelectual dos séculos posteriores ao XIX, sublinhamos alguns aspectos de relevância que permeiam as páginas subsequentes deste estudo.

Iniciando com a divergência nas origens sociais de Tocqueville, um visconde aristocrático, e de Michelet, oriundo de uma família modesta, é claro que essa diferença não apenas influenciou suas perspectivas sobre a sociedade, mas também delineou suas esferas de interesse. Enquanto Tocqueville concentrou sua atenção principalmente na esfera política, explorando questões relacionadas à igualdade, liberdade e aos riscos inerentes a esses princípios, Michelet, renomado por sua empatia pelo povo e suas lutas, dirigiu seu foco à cultura e às camadas subalternas.

Embora possuam áreas de interesse ligeiramente distintas, Michelet e Tocqueville convergem em suas análises para o estudo das massas e sua relação com o Estado. No âmbito dos interesses desta pesquisa, ambos também abordam a interação entre “o povo”, – termo muito presente em Michelet – religião e sociedade, especialmente no contexto da Revolução Francesa, oferecendo perspectivas sobre seus desdobramentos futuros.

Dentro do escopo desta pesquisa, as obras de Michelet e Tocqueville, respectivamente "História da Revolução Francesa" (1847-1853) e "O Antigo Regime e a Revolução" (1856), não apenas demonstram sua importância na historiografia, mas também justificam plenamente a análise detalhada que será realizada. Essas obras são dignas de atenção devido à relevância que seus autores tiveram nos primórdios da contemporaneidade, desempenhando papéis significativos no entendimento da Revolução Francesa, seus desdobramentos e para além disso, possuem contribuições que escapam de suas próprias temporalidades.

Diante disso, conclui-se que a intersecção das perspectivas e abordagens de Michelet e Tocqueville, mesmo enraizada em suas distintas origens sociais e enfoques temáticos, proporciona um quadro rico e abrangente para a análise das complexidades sociais e políticas oitocentistas.

## **CAPÍTULO 2: A REVOLUÇÃO FRANCESA SEGUNDO MICHELET E TOCQUEVILLE**

Para introduzir este segundo capítulo, é relevante assinalar um significativo debate sobre a natureza da Revolução Francesa, como evidenciado por Vovelle e Tocqueville “o problema da continuidade ou da ruptura, [...] a Revolução Francesa insere-se em linha direta na herança de centralização da política monárquica ou representa uma ruptura e traz com ela um novo espírito?”. (TOCQUEVILLE apud Vovelle, 2012, p.94).

Os próximos dois tópicos deste capítulo serão divididos por autor, e o posicionamento de cada um em relação a essa questão molda parte da organização das ideias proposta por essa monografia. A concepção da Revolução como um "marco temporal" ou a "consolidação de determinados conceitos" destaca um antagonismo entre as abordagens, o qual também emerge ao considerarmos outras dimensões de seus posicionamentos.

### 2.1: A Revolução Francesa em Michelet, o grande marco contemporâneo

A historiografia no século XIX concentrou-se na temática da Revolução Francesa partindo de um presente relativamente próximo aos eventos investigados. Entre os historiadores dessa época, destacam-se dois franceses, Michelet e Tocqueville, que buscavam responder a inquietações distintas a partir de pressupostos particulares. Nesse cenário, Jules Michelet optou, pioneiramente, por uma abordagem centrada na figura do povo, sua obra mais conhecida, “História da Revolução Francesa” (1847-1853), é considerada uma das versões mais difundidas sobre esse marco histórico, e será explorada ao longo deste capítulo.

Em sua narrativa, Jules Michelet descreve a superação do Antigo Regime pelo povo, impulsionado por um espírito revolucionário, que não foi contido nem pela Igreja nem pelas ameaças da nobreza. Michelet via a Revolução como o mais jovem dentre dois atores principais – a Revolução e a religião – dois componentes ideológicos da sociedade francesa da época, sendo a religião o mais tradicional e mais predominante, até o advento dos eventos de 1789.

O texto de Michelet é marcado por um forte anticlericalismo, pela crítica feroz à nobreza assim como às instituições monárquicas. Por outro lado, o grande personagem que emerge de suas páginas é o povo francês, entendido

como sábio, fiel e generoso, nas mais diferentes situações em que se viu envolvido. (SCHWARCZ, 2010, p.93).

Segundo Michelet, todas as instituições civis existentes na França do Antigo Regime foram formadas, moldadas ou permitidas pelo cristianismo, de maneira que a Igreja e a política constituíam uma unidade. À vista disso, o caráter crítico ao Estado e a Igreja se relaciona a deterioração das condições materiais da população, assim, a discussão sobre se a Revolução foi de alguma forma anticristã ou não, na perspectiva de Michelet, surge como questão importante suscitada pela criticidade do autor às estruturas do absolutismo.

De acordo com a análise de Gabriela Rizo sobre o pensamento historiográfico micheletiano, Michelet, “quando rejeita a Igreja, não rejeita uma visão religiosa romântica. Para ele, Deus se manifesta na obra do povo francês”. (RIZO, 2000, p.194). Desta maneira, o povo é o principal agente da mudança histórica, a própria representação divina na terra, opondo-se diretamente a ideia conciliadora das sociedades europeias antes da Revolução, a de que o governante e sua linhagem assumem posições que lhes conferidas por Deus, e se aliando a princípios do protestantismo que conferiam o poder de questionar a Igreja<sup>5</sup>; e por isso, o povo está centrado em toda a obra do historiador, de modo que os conceitos que são objetos de sua reflexão, carregam, embutidos neles, esse princípio de onde parte a sua visão e escrita da história.

Hannah Arendt destaca a essencialidade da expressão “o povo” na compreensão da Revolução Francesa, “com isso, a legitimidade pessoal dos que representavam o povo e que todo poder legítimo deve derivar do povo [...]”. (ARENDR, 1988, p.111). Em Michelet, nota-se essa perspectiva, a revolução não como apenas uma questão dos líderes políticos e intelectuais, mas uma luta de todo o povo francês. Ele viu a participação popular como essencial para garantir que as mudanças sociais e políticas fossem autênticas, legítimas e duradouras, as massas como mais importantes do que os seus líderes, Revolução e povo como um só.

Dentre suas ideias destaca-se que Jules Michelet via o historiador com uma função pedagógica, registrando a memória e o espírito revolucionário das massas do passado. A

---

<sup>5</sup> O protestantismo surgiu como resultado da Reforma Protestante no século XVI, liderada por figuras como Martinho Lutero e João Calvino. Essa reforma contestou as práticas e doutrinas da Igreja Católica Romana, levando a uma ruptura no cristianismo ocidental. O movimento enfatizava a autoridade das escrituras, a salvação pela fé e a liberdade individual na relação com Deus. Em 1819, um escritor Austríaco chamado Friedrich Gentz, um notório antiliberal oitocentista escreveu uma carta onde resumidamente dizia: “O protestantismo é a primeira, a verdadeira e a única fonte de todos os grandes males que nos fazem gemer hoje em dia”. Ainda assim, segundo o historiador Eric Hobsbawm, o pensamento de Gentz era minoritário e incapaz de reagir a corrente da história. (HOBSBAWM, 2011).

história escrita devia ter o propósito de conscientizar as pessoas sobre seu poder de provocar mudanças no presente, moldando a consciência do povo e inspirando-os a utilizar seu poder de transformação em sua realidade, a Revolução seria o motor do progresso social.

Para Jules Michelet, a historiografia desempenha um papel essencial na ampliação das perspectivas humanas, especialmente porque as pessoas estão limitadas pelas suas curtas vidas. Ao registrar as experiências de transformação social ao longo da história, os escritos históricos se tornam uma ponte que conecta o passado ao presente, tornando essas experiências tangíveis e relevantes para a sociedade atual.

Ao compreender as lutas, os desafios e as conquistas do passado, as pessoas são instigadas a refletir sobre o poder de sua própria ação no presente. Os registros históricos tornam-se testemunhas das mudanças sociais e políticas que ocorreram ao longo dos tempos, destacando como ações passadas influenciam o cenário atual e podem inspirar novas ações no presente. Assim, a historiografia de Michelet transcende a mera catalogação de eventos, oferecendo à humanidade uma valiosa ferramenta para compreender seu papel na construção do futuro.

A relevância da função atribuída à história por Michelet torna-se evidente no conceito de renascença, cunhado por Michelet e destacado por Lucien Febvre, conforme afirma que: “antes do conceito desenvolvido por Michelet, todas as ideias sobre a Renascença eram fragmentadas e não se direcionavam a um momento histórico abrangente”. (FEBVRE apud, RIZO, 2000, p.188). Ao resgatar esse momento histórico, ocorrido na Itália, Michelet reinventou-o de forma glorificada e inspiradora. Seus escritos colocaram a Renascença em exposição, oferecendo uma visão abrangente e transformadora desse período frequentemente revisitado por estudiosos humanistas.

Essa ideia de renascimento estaria ligada ao propósito de Michelet de rememorar o potencial revolucionário das massas, revigorando-as e as despertando para lutar pelas mudanças necessárias para a construção de novos e melhores tempos. Segundo a Gabriela Rizo, “Michelet escreve sobre o Renascimento como se este fosse uma outra Revolução Francesa, anterior a própria Revolução do século XVIII”. (RIZO, 200, p.191). Seria então, um fato precedente da queda da Bastilha, inspirador e revolucionário, logo de interesse da história.

Jules Michelet é reconhecido por muitos como um precursor do romantismo histórico<sup>6</sup> – embora ele próprio não se considere um romântico –, trata-se de uma abordagem que aproxima a escrita da história da arte, buscando criar imagens evocativas de épocas passadas, quase como ilustrações, utilizando recursos poéticos e literários. Paule Petitier o considera o principal autor dessa nova forma de escrita histórica, que ganhou destaque ao longo do século XIX, como uma maneira de reviver grandes eventos e representar o espírito nacional por meio de narrativas históricas grandiosas. Sua perspectiva sobre a Renascença ilustra como ele emprega essa abordagem em sua escrita historiográfica, trazendo à tona a essência e o significado profundo desses momentos históricos com uma visão poética e apaixonada.

Jules Michelet foi um notável narrador da Revolução e de sua amada pátria, a França, sendo lembrado como um dos precursores na construção do ideal de Estado-Nação<sup>7</sup> e por suas significativas contribuições para a história nacional. No século XIX, a ideologia do progresso e do cientificismo permeou não apenas as ciências naturais, mas também as humanidades, incluindo a História. Esta ciência do homem em sua relação com o tempo foi encarregada de relatar os grandes avanços do período, com a Revolução do final dos anos 1700 sendo um marco importante desse período.

Para muitos intelectuais, dentre eles Michelet, retratar a história da Revolução Francesa se tornou uma busca fascinante. Nesse contexto, nenhum outro evento histórico pareceu tão grandioso e sublime aos olhos dos historiadores do século XIX, conferindo um novo capítulo à historiografia. Entre os fatores que podem explicar tal fascínio, destaca-se a proximidade e as repercussões que a Revolução desencadeou na França, na Europa e por todo o mundo, no decorrer do século XIX, especialmente considerando que, nesse período, a França exercia um papel preponderante como potência colonial.

Consoante a argumentação de Paule Petitier, sob o olhar da história nacional, “o momento no qual o historiador escreve serve de ponto de referência para assinalar as diferenças

---

<sup>6</sup> O romantismo histórico é um movimento intelectual que enfatiza a emotividade, o nacionalismo e a busca por autenticidade na representação do passado. Surgiu no século XIX, principalmente na Europa, como uma reação às mudanças sociais e políticas da época. Esse movimento influenciou a historiografia ao tornar a história mais acessível e relevante para o público em geral, enriquecendo a sensibilidade histórica. Peter Burke sugere que o surgimento da historiografia romântica contribuiu para uma maior conexão emocional do povo francês com o passado, enraizando a história em sua vida cotidiana (BURKE, 1991, p.5).

<sup>7</sup> O Estado-Nação é uma estrutura política onde um território é governado por um governo central que representa uma população unificada por elementos culturais, linguísticos e históricos. Surgiu principalmente após o declínio do feudalismo. O cientista social Felipe Freller caracteriza o surgimento do Estado-Nação como um “fruto do movimento de centralização monárquica do século XV”. (FRELLER, 2015, p.34). Para ele, esse movimento de centralização ou unificação do que antes eram cidades autônomas, feudos, comunidades etc... é o que delimita a Europa moderna da Europa primitiva.



que opõem os tempos passados e presentes e as melhoras obtidas às custas de lutas e conflitos seculares” (PETITIER, 2013, p.64). Partindo dessa perspectiva, ao analisar a historiografia do século XIX, especialmente Michelet, deduz-se a ideia da Revolução Francesa como a ação inaugural de novos tempos, dada a oposição ao Antigo Regime, descrito quase sempre como um terrível e obscuro período da história. Isto, claro, serve também para valorizar os tempos posteriores e validar as ações e o radicalismo empregado pelos revolucionários.

Assim sendo, Michelet concebe a Revolução como um marco fundacional para sua nação, que não apenas transformou a França, mas também reverberou pelo mundo. Através da perspectiva do autor, a França ocupava uma posição central e figurava como um farol global. Esta Nova Era, segundo ele, prometia uma melhoria em relação ao passado, evidenciando uma percepção de ruptura e descontinuidade entre o Antigo Regime e a contemporaneidade. Essa concepção não é apenas uma reminiscência do século XVIII, mas foi intensificada por figuras como o próprio Michelet. Ela reflete uma compreensão das mudanças sociais como superações de um passado indesejado.

Gabriela Rizo destaca que Michelet, ao ver sua pátria como a civilização mais progressista globalmente, sustentava a convicção de que a França carregava o encargo civilizatório de disseminar os princípios de liberdade às nações menos desenvolvidas. Essa visão reflete uma perspectiva nitidamente eurocêntrica, ou, para ser mais preciso, francocêntrica, e na perspectiva desta monografia, não seria nenhum exagero chama-la de neocolonialista. Michelet via a Revolução de 1789 como o ato fundador da nação mais avançada, sublinhando sua importância e também a contribuição essencial do povo francês na sua consolidação.

Michelet propõe implicitamente uma equivalência entre “nação” e “revolução”. A Revolução Francesa lhe parece não apenas o momento em que a nação afirmou seus direitos políticos contra os da monarquia, mas a encarnação do renascimento perpétuo que define a nação, já que esta não existe senão no movimento interminável no qual toma consciência de si, inventa-se, amplia a base da existência comum, enriquece o sentimento de viver junto. (PETITIER, 2013, p.68).

Mas ao pensar a Revolução Francesa como um ator em oposição a outro, a religião, que tomou posse, inaugurando novos tempos, remetendo a uma ideia de superação de um passado destronado, Michelet pressupõe uma continuidade em direção ao futuro, com um olhar linear sobre a história; a Revolução se iniciou num processo de indignação do povo e continuou em novos desdobramentos até os nossos dias, mediante a ação revolucionária. A instabilidade é

percebida como boa, desde que esteja ligada as grandes transformações movidas pelas massas populares.

Todavia, isso não significou, aos olhos do autor, o fim abrupto dos velhos tempos. Para Gabriela Rizo (2000, p.194-195), “Michelet vê a morte e sobrevivência das épocas umas nas outras. Elas se superam, mas sempre permanece algo de uma na outra. É o mistério da História constituída por um povo. Mistério este que deve ser respeitado pelo historiador como infável”. Partindo dessa análise, temos novamente o papel da história delineado pelo ciclo das épocas, que por sua vez estaria intimamente interligado ao povo, em uma linha constante de progresso em relação ao tempo, sedimentando as épocas vindouras.

A morte seguida do nascimento de novos tempos, em um ciclo regido pela tomada de consciência das massas revoltadas com as condições deploráveis a que são submetidas, em uma busca pela superação das mazelas sociais. Michelet, por vezes lembra a Marx, sobretudo porque as questões sociais e o povo são destaque no exercício de sua intelectualidade, mas noutras se aparenta um legitimador do neocolonialismo europeu, quando põe a sua nação acima das demais, em ordem de superioridade; e certamente, o espírito da época lhe foi convidativo em ambos os casos.

A intelectualidade do século XIX manifestou um notável interesse em debater questões associadas ao Estado após a Revolução. Esse período, que abrangeu os cem anos logo após o declínio do Antigo Regime, marcou o advento de uma Nova Era. Para Michelet, um adepto do reformismo do sistema vigente, esses novos tempos possibilitariam oportunidades para a inclusão popular, e “Michelet evidencia em suas obras a necessidade de levar o povo em consideração nas propostas de transformação da sociedade no século XIX”. (PEREIRA e OLIVEIRA, 2007, p.4).

De acordo com Matheus Felipe Braga, diferentemente de Karl Marx, o idealizador do Socialismo Científico, a quem atribui uma percepção teórica e crítica mais elaborada das relações sociais e do trabalho no Capitalismo, seu contemporâneo, Michelet, não se preocupa em construir alternativas ao modelo socioeconômico estabelecido, (BRAGA, 2021, p.60) “Sua preocupação fundamentalmente diz respeito a mostrar uma nova imagem do trabalhador. Que além das fábricas e da opressão há algo a ser explorado, uma identidade a ser reconstruída e trabalhada”. Adiciona-se uma profunda relação entre a nação e o povo, de maneira que um contempla o outro, um precisa do outro e coexistem de maneira harmônica. Notadamente, a

ênfase do Michelet é explorar tal relação existente, em sua percepção, no seu ideal de Estado-Nação.

Atacado por historiadores marxistas, por causa de sua fé na reconciliação das classes, o historiador [Michelet] seria relido pelos fundadores dos *Annales*, e em especial por Lucien Febvre, que o considerou uma grande inspiração para uma “história total”, para uma “história das mentalidades”, em tudo oposta a um modelo fatal. (SCHWARCZ, 2010, p.94).

“É bem verdade que a indiferença em relação à pobreza havia desaparecido no século XVIII [...] Esse sentimento novo, a compaixão, é a chave para se compreender a mudança na própria concepção de povo no decorrer da Revolução Francesa [...]”. (BRESCIANI, 1982, p.116). No século XIX, através de sua abordagem historiográfica, Michelet encapsulou essa concepção, que representava o surgimento de uma nova política enraizada no compromisso com o povo, validada não por outros senão pelo próprio povo e direcionada para o bem-estar deste. Tal mudança sócio-política foi a base para o surgimento do Estado contemporâneo e de vários críticos e idealizadores de novos modelos de sociedade, como Pierre-Joseph Proudhon e o Anarquismo, Karl Marx e o Comunismo e o próprio Michelet, aclamado por Le Goff como “Profeta da Nova História”.

## 2.2: A Revolução Francesa em Tocqueville, a consolidação do Iluminismo

Neste segundo momento, discorreremos sobre outro grande nome da historiografia do século XIX, que se propôs a analisar a Revolução na França, Alexis-Charles-Henri Clérel, ou, o Visconde de Tocqueville, ou ainda, Alexis de Tocqueville, partindo de uma de suas obras principais, “O Antigo Regime e a Revolução”, de onde surge uma análise que se distingue da anteriormente discutida, a visão de Jules Michelet sobre a Revolução Francesa, que para Tocqueville se tratou de um movimento radical que acelerou transformações já em curso, ao mesmo tempo que atacou instituições consolidadas e que não representavam, necessariamente, as causas das mazelas que assolavam a sociedade francesa, assim como sua deterioração não acarretaria em ganhos para a luta em prol da liberdade.

Tocqueville concentra seu enfoque e abordagem histórica na esfera política e na análise das transformações ocorridas nas sociedades. Ele direciona sua crítica à magnitude do impacto do movimento que supostamente encerrou o Antigo Regime. Essa crítica parte da premissa de que várias das instituições consideradas frutos da Revolução Francesa já existiam durante o

Antigo Regime. Além disso, conforme Felipe Freller argumenta, Tocqueville "[...] negava o conceito de revolução como transformação social" (FRELLER, 2013, p. 172).

Tocqueville percebia as mudanças mais marcantes como produtos de processos gradualmente evolutivos, em vez de eventos disruptivos. Embora ele se posicionasse como simpatizante do Iluminismo e opositor dos regimes absolutistas, simultaneamente, expressava aversão aos movimentos contrarrevolucionários. No entanto, em vários aspectos, ele também se manifestava como um crítico da Revolução de 1789 na França.

De acordo com a análise de Felipe Freller, uma das características que se sobressaem na interpretação de Tocqueville da Revolução Francesa é o contraste entre “boas teorias” e a “violência dos atos” no decorrer do processo revolucionário. No que diz respeito a benignidade das ideias, particularmente, Tocqueville apreciava a fundamentação do poder por meio da soberania popular.

O século XIX foi uma era carregada de entusiasmo, permeada pela crença nas "ciências e na racionalidade". Impulsionados pelos ideais iluministas, pelo menos para uma parte significativa dos intelectuais da época, os seres humanos haviam assumido o lugar de Deus no cerne das interações sociais. Nessa conjuntura, tanto a filosofia quanto a história e as demais ciências sociais abraçaram a ideia de que era viável reformar e aprimorar os costumes, leis e instituições estatais. A busca era por avançar para um novo patamar de civilidade, rompendo com um passado que se considerava ultrapassado

Tocqueville era cético quanto a essas ideias. De acordo com análise de Daniel Gomes de Carvalho, Tocqueville – diferentemente de Michelet – Tocqueville defendia que a Inglaterra havia sido a nação de maior progresso no contexto em fins do século XVIII e século XIX, e não a França; isso em três pontos relevantes: comércio; religião e liberdade, e que esses estariam interconectados, portanto, o respeito ao passado e as tradições, representadas pelo cristianismo, seria importante para o desenvolvimento. (CARVALHO, 2018, p. 139).

Enquanto na França a Igreja foi alvo de ataques intensos por parte dos revolucionários, a própria Revolução, conforme colocado por Tocqueville (TOCQUEVILLE, 1997, p.52), "[...] após ter arruinado a estrutura do governo, mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus [...]". Por outro lado, na Inglaterra, a radicalização anti-religiosa não encontrou sucesso. Isso se deu em parte devido à separação da Igreja Anglicana do Catolicismo, que ocorreu em 1534. Esse evento ocorreu no contexto de crescentes debates e discursos advindos

do protestantismo, mais especificamente do puritanismo, que contestava o papado romano. Esses debates ganharam força ao longo do século XVI<sup>8</sup>.

Segundo a colocação de Daniel Gomes de Carvalho, "[...] as seitas protestantes teriam como parte de sua tradição a constante luta pelas liberdades civis e religiosas" (CARVALHO, 2018, p.138). Essa tradição impregnada com essas ideias em ascensão inseriu o conceito de individualidade, o qual os anglicanos abraçaram como parte integrante de sua doutrina<sup>9</sup>. A influência desses princípios em ascensão se manifestou claramente. Por conseguinte, essa variável pode ter desempenhado um papel significativo em impedir ataques incisivos ao clero inglês.

Tocqueville nos lembra que 'na maioria das grandes revoluções políticas que até ali haviam surgido no mundo, os que atacavam as leis estabelecidas haviam respeitado as crenças [aqui o autor pensa nas revoluções inglesas]; na maioria das revoluções religiosas os que atacavam a religião não haviam pretendido simultaneamente mudar a natureza e a ordem de todos os poderes [aqui o autor pensa no luteranismo]. A Revolução Francesa, por sua vez, abalou o trono e o altar; a descristianização foi o seu momento mais paroxístico. (CARVALHO, 2018, p.115).

A interligação entre liberdade e religião é uma consideração vital para Tocqueville, conforme destacado por Daniel Gomes de Carvalho (CARVALHO, 2018, p.139): "é que haveria uma íntima ligação entre o espírito de liberdade e o espírito da religião [...]". No entanto, este último foi alvo de constantes ataques durante o desenrolar da Revolução Francesa. Tocqueville via o respeito pelo cristianismo como um alicerce para a estabilidade das sociedades. Contudo, os princípios iluministas confrontavam diretamente a natureza tradicionalista da Igreja, conforme elucidado por Christian Jecov Schallenmueller, "a Igreja se configurava como obstáculo à revolução política na medida em que ela representava mais do que qualquer outra instituição a tradição e a autoridade acima da razão individual". SCHALLENMULLER, 2010, p.165)

Tocqueville argumenta que a natureza da Revolução Francesa foi essencialmente política. Tratou-se de um movimento social com o objetivo de realizar transformações políticas. No entanto, de forma paradoxal, ele salienta que a Revolução foi inspirada em princípios

---

<sup>8</sup> A Igreja Anglicana teve sua origem no século XVI através do rompimento de Henrique VIII com a Igreja Católica. Em um contexto de disputas religiosas, os anglicanos enfrentaram tensões com os puritanos, calvinistas e luteranos, buscando um equilíbrio entre elementos católicos e reformistas. Durante a Guerra Puritana (1640-1660), os conflitos religiosos se intensificaram, levando ao surgimento de diversas denominações puritanas (CARVALHO apud Spurr, 2018, p.138). Tais denominações, segundo o historiador Daniel Gomes de Carvalho, se viam como indivíduos puros, superiores aos demais mortais, piedosos e sábios e viam o mundo como corrupto, sujo e maléfico. (CARVALHO, 2018, p.138).

cristãos. Além disso, Tocqueville aponta que ela não se enquadra na definição convencional de revoluções anteriores, que derivam de experiências humanas conhecidas. Em outras palavras, o autor francês ressalta que a Revolução de 1789 se destaca como algo singular em suas características políticas, enquanto também "operou à maneira de uma revolução religiosa e tomou alguns de seus aspectos" (TOCQUEVILLE, 1997, p.59).

A princípio, os revolucionários não tinham a crença católica como foco de suas críticas, essas se voltavam para o contraste existente nos estamentos que compunham a sociedade francesa, em que o clero e a própria instituição, a igreja, gozavam de muitos privilégios e possuíam muitas terras, enquanto que o povo, base daquela sociedade, padecia das piores condições de vida.

A hipocrisia dos discursos religiosos conduzia a população a descrença na intermediação entre Deus e aqueles sacerdotes, contribuindo para a deterioração da legitimidade do absolutismo, mas na perspectiva tocquevilliana, isto não foi o principal fator, visto que é seguro afirmar que os vícios da Igreja na França não seriam piores à época, do que noutros lugares da Europa. “A Igreja parecia o flanco mais vulnerável de tudo o que os revolucionários atacavam: durante o Antigo Regime, enquanto o rei se fortalecia com o interesse centralizador da burguesia, a nobreza e o clero perdiam poder”. (SCHALLENMUELLER, 2010, p.165)

A concepção de Tocqueville acerca das massas e da Revolução na França, diz também respeito a sua aversão a democracia, que embora considerasse preferível ao absolutismo, poderiam, segundo ele, pavimentar a ascensão do totalitarismo, daí o profundo pavor que demonstra as revoltas populares e o motivo de suas críticas. Não é como se Tocqueville fosse contrário a soberania popular como a base de uma sociedade, como diz Freller, “o modo como Tocqueville confere uma nova legitimidade a essa bandeira à qual se associavam lembranças tão terríveis é desvinculando-a, ao menos em um primeiro momento, de sua aplicação específica pelos revolucionários franceses”. (FRELLER, 2015, p.112).

Nesse contexto, torna-se claro que a posição de Tocqueville como aristocrata, pertencente a uma classe social privilegiada, exerceu uma influência marcante sobre seu pensamento. Mesmo possuindo uma inclinação favorável à democracia, ele mantinha uma abordagem crítica embasada no seu lado racional, admitia que sua herança aristocrática o levava a olhar com apreensão para o povo, considerando-o um elemento potencial de instabilidade e ameaça.

A visão de Alexis de Tocqueville em relação à questão religiosa é inseparável da moral e dos costumes, pois ele reconhece a importância desses elementos para os alicerces de uma

sociedade. Para que as instituições cumpram suas funções de maneira eficaz, é fundamental estabelecer uma legitimidade e normalidade que estejam arraigadas na consciência popular. Isso pode ser entendido como um pacto entre o Estado e a nação, onde as leis promulgadas devem ser percebidas como justas e válidas, e não rejeitadas e desconsideradas. “Tocqueville lembrou como a religião de um indivíduo possui uma íntima relação com sua opinião política, pois o homem, em suas palavras, busca harmonizar ‘a terra com o céu’”. (CARVALHO, 2018, p.138-139).

Tocqueville argumenta que, caso a religião venha a ser substituída na função de legitimação das relações entre Estado e Nação, “[...] a ligação entre os homens deveria se dar pelo reconhecimento mútuo da igualdade, pelo reconhecimento de que uns precisam dos outros” (SCHALLENMUELLER, 2010, p.165). Foi justamente através do princípio da igualdade que a Revolução se manifestou perante o mundo. Tocqueville considera esse fato crucial para entender por que a liberdade não se consolidou como o princípio preponderante. Isso resultou na persistente centralização do poder na França, o que foi solidificado nos regimes que se seguiram após a ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono em 1804.

A visão de Alexis de Tocqueville considerava a Revolução como uma entidade devastadora, capaz de minar os fundamentos da sociedade francesa. Ele a enxergava não somente como uma força com potencial para se espalhar globalmente, “alguns consideravam como a ação visível do demônio na terra” (TOCQUEVILLE, 1997, p.52). A Revolução, apesar de se autoproclamar representante da vontade popular e se guiar pela razão, buscava instaurar uma sociedade justa e mais igualitária, priorizando tais objetivos sobre a própria liberdade. Tocqueville, por sua vez, nutria admiração pela democracia americana, considerando que os ideais de liberdade haviam florescido de forma mais eficaz do outro lado do Atlântico. Tal admiração o inspiraria em sua obra, “A Democracia na América”.

De acordo com a perspectiva compartilhada por Tocqueville, as ideias das quais os autores da Revolução Francesa se declaravam representantes foram semeadas há muito tempo e ganhavam vida à medida que a sociedade amadurecia como um todo. Na visão dele, a revolução em si não introduziu novas instituições, pois tudo o que se alegava ser resultado da revolução já existia no Antigo Regime. Portanto, segundo o autor de “O Antigo Regime e a Revolução”, esse evento não passou de um trágico acidente na história dos povos, um acontecimento imprevisível e sem sentido, que pode ter acelerado o curso da História por um preço alto, mas não representou uma ruptura em relação ao passado.

### 2.3: Conclusão do Segundo Capítulo

Compreender a Revolução Francesa é fundamental para entender a história da França, da Europa e devido a poderosa influência que essa exerceu nos movimentos sociais dos anos seguintes e na formação dos Estados modernos e das democracias contemporâneas, é também fundamental para compreender a história do mundo. A Revolução Francesa foi um marco importante na história, inaugurando uma Nova Era de valores e ideais que influenciaram profundamente a política, a cultura e a sociedade em todo o mundo.

Essa releitura da historiografia oitocentista acerca da Revolução trouxe duas perspectivas relevantes dessa história, mas que se chocam em certos pontos. Ao se indagar os textos, contrapostos, claro, com a ajuda de uma ampla Historiografia Contemporânea que ajuda a contextualizar as perspectivas de Michelet e Tocqueville, é possível perceber que ambas trazem em sua forma de entender a Revolução, preceitos que ajudam a entender a heterogeneidade do cenário intelectual do período, demarcando alguns de seus principais pontos de conflitos e disputas.

Exemplificando, enquanto Michelet enfatiza a importância do papel dos pobres e das massas populares na Revolução, Tocqueville dá mais destaque ao papel dos líderes políticos e intelectuais. Além disso, enquanto Michelet vê a Revolução como um momento de redenção e libertação do povo francês, Tocqueville destaca os perigos e as consequências negativas da Revolução, como a centralização do poder e o enfraquecimento das instituições tradicionais.

Ao longo deste capítulo, foram discutidos diversos conceitos, porém, os que se destacaram foram povo e religião. Isso se deve ao fato de que a religião é vista como uma criação humana e, portanto, tem grande influência nas relações sociais, de acordo as fontes analisadas. Jules Michelet e Alexis de Tocqueville, autores estudados neste capítulo, possuem compreensões diferentes a respeito desses conceitos fundamentais. Para Michelet, o povo não era apenas um conjunto de indivíduos, mas sim uma entidade coletiva que possuía uma identidade nacional e cultural própria, a personificação da nação e, portanto, está intimamente ligado a Revolução. Enquanto isso, Tocqueville enxerga a fé como parte importante de um lastro moral para uma sociedade democrática.

No cenário revolucionário, a influência do racionalismo iluminista se fez presente através da figura da intelectualidade da época, bem como de seus ideais, mas principalmente por meio da ação popular. Apesar de Tocqueville argumentar que o povo possuía interesse em reformas mais profundas visando a superação das desigualdades, ele também reconhece a influência das lideranças do movimento e suas ideias. No entanto, Tocqueville destaca que os



ideais revolucionários se espalharam de maneira similar aos dogmas religiosos, apesar das tentativas de promover uma abordagem racional e baseada na liberdade e igualdade.

Tocqueville vê essa instabilidade gerada pelos conflitos de classe como perigosa e os atos revolucionários, em alguns momentos, como catastróficos. Sua visão da Revolução, segundo Jecov Schallenmueller, que em seu contexto, “[...] as classes se interpenetram, a aristocracia se abre, a riqueza vira poder e a reivindicação da igualdade perante a lei se torna a mais ardorosa de todas as reivindicações sociais [...]”. (SCHALLENMUELLER, 2010, p.164)

Por outro lado, para Michelet, essa instabilidade é um fator central nos processos de transformação da realidade social das massas. Ele exalta os feitos da Revolução e desenvolve o conceito de dever pedagógico do historiador, que tem como função lembrar ou ensinar as massas sobre o seu poder revolucionário.

Em resumo, as posições de Michelet e Tocqueville em relação à Revolução Francesa divergem significativamente. Enquanto Michelet a vê como um instrumento necessário para a queda do absolutismo e o início da nação francesa, Tocqueville considera que a Revolução foi um erro que não contribuiu para a luta pela liberdade, mas sim pavimentou o caminho para governos autoritários na França. Ambos compartilhavam ideais iluministas, que já estavam em curso no século XVIII e não precisavam da Revolução como catalisador.

Levando em consideração as perspectivas dos historiadores, pode-se concluir que, para Michelet, a ocorrência de movimentos semelhantes à Revolução Francesa em um futuro hipotético seria desejável e poderia resultar em avanços democráticos, enquanto que para Tocqueville, tais movimentos seriam uma ameaça à democracia em si e poderiam levar a um cenário pior do que o absolutismo.

### **CAPÍTULO 3: O ESTADO, A DEMOCRACIA E A RELIGIÃO EM MICHELET E TOCQUEVILLE**

“Feudalidade, Realeza, Igreja, desses três galhos do carvalho antigo, o primeiro cai a 4 de agosto; os dois outros vacilam; ouço um grande vento nos galhos, eles lutam, seguram forte as folhas juntas a terra. Nada poderá resistir. Pareça o que deva parecer!” (MICHELET, 1989, p.224). Através dessa metáfora, Michelet nos conduz a sua interpretação do espírito revolucionário, representando os antigos privilégios feudais como os primeiros a serem derrubados pela Assembleia Nacional em 4 de agosto, enquanto os outros alicerces do Antigo-Regime trilham um percurso semelhante.

A frase "Nada poderá resistir" implica a queda iminente da Realeza e da Igreja, instituições que sustentaram a sociedade agora destinada ao passado. Por outro lado, a expressão "Pareça o que deva parecer" insinua a inevitabilidade do progresso, pois é indubitável, na visão de Michelet, que esses pilares remanescentes estão destinados a colapsar.

No decorrer deste terceiro capítulo, iremos aprofundar a análise da queda do absolutismo, direcionando nossa atenção para o surgimento de uma Nova Era sob a ótica de Michelet e Tocqueville. Investigaremos o surgimento do Estado Nacional secularizado e exploraremos a posição da fé nas perspectivas oitocentistas desses pensadores, considerando suas implicações para as democracias contemporâneas.

#### 3.1: As diferentes interpretações acerca da ação revolucionária e suas consequências para a Nova Era

Em abril de 1831, Alexis de Tocqueville embarcou em uma missão para compreender melhor o funcionamento do sistema prisional dos Estados Unidos, acompanhado de seu amigo Gustave de Beaumont. As motivações profundas por trás dessa empreitada e seus financiadores não são muito claras. De acordo com o prefácio de “A Democracia na América: Leis e Costumes”, escrito pelo historiador francês François Furet para a edição de 1981, do livro resultante das reflexões de Tocqueville durante sua estadia na América; apenas preocupações com possíveis perseguições resultantes da revolução de 1830 e as posições sociais de

Tocqueville e Beaumont, duas figuras provenientes de famílias aristocráticas, são brevemente mencionadas em uma correspondência entre eles às vésperas da partida.

Para alguém proveniente de família nobre, a instabilidade do contexto histórico, no qual a ascensão e queda de modelos políticos é comum, pode ser desconfortável, especialmente em períodos em que a agitação das massas contesta os privilégios de sangue e reivindica direitos e melhores condições de vida. Tocqueville acreditava que a crescente desigualdade econômica e social poderia levar a conflitos violentos entre as classes e minar a estabilidade das instituições democráticas. “O tratamento diferenciado da justiça, benévola sempre com os privilegiados, mas preconceituosa com o povo, foi, no dizer de Tocqueville, um ensino poderosamente conducente à Revolução”. (PASOLD, 2010, p.38).

Tocqueville enxergava no povo tal poder preocupante para causar desequilíbrio na ordem social, pois lhes atribuía a alcunha de imprevisível. A Revolução Francesa, incontestável expressão máxima desse incrível poder popular, foi singular e complexa e sobretudo, inesperada, sendo descrita por Tocqueville com as seguintes palavras: “[...] quem só viu e estudou a França nunca compreenderá nada da Revolução Francesa”. (TOCQUEVILLE, p. 65). Tocqueville apontava para os perigos da instabilidade política e social. Sua preocupação central era a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a liberdade individual e a ordem social para garantir a estabilidade política e preservar a liberdade, e é nessa ideia de equilíbrio que o autor visualiza o papel da fé.

Uma das primeiras diligências da Revolução Francesa foi atacar a Igreja e entre as paixões que nasceram desta revolução a primeira a ascender e a última a se extinguir foi a paixão religiosa. Até mesmo quando o entusiasmo da liberdade já se tinha desvanecido, depois que os franceses limitaram-se a comprar a tranquilidade ao preço da escravidão, continuaram a revoltar-se contra a autoridade religiosa. (TOCQUEVILLE, 1997, p.55).

Tocqueville argumenta que esses ataques furiosos às instituições religiosas não foram resultado propriamente de um caráter anticristão da filosofia do século XIX. Em vez disso, foram motivados pelo fato de que o clero era composto por senhores ricos, proprietários de grandes terras. Tocqueville sugere que, se a Igreja não estivesse em uma relação tão desigual com o povo, não haveria problemas quanto ao exercício de suas atividades. Em essência, os ataques à Igreja durante a Revolução Francesa foram principalmente decorrentes da desigualdade socioeconômica, e não de uma oposição fundamental à religião.

Sobre Michelet, o literário oitocentista, Emílie Faguet, teceu fortes críticas, avaliando que ele, “[...] tinha os preconceitos [...] principais do credo pequeno-burguês de 1840: Horror

aos reis, fobia aos padres, medo dos jesuítas, ódio à Inglaterra, culto à Alemanha, princípio das nacionalidades e crença na a infalibilidade do povo”. (FAGUET, apud Cantero, 2009, p.101).<sup>10</sup> Sem dúvida, o fervor das multidões revolucionárias no final do século XVIII, que irradiava um poder de transformação sem precedentes na história da humanidade, como destacado por Tocqueville, atraiu parte significativa da intelectualidade do século XIX, que possuía vínculos com essas classes menos favorecidas, porém mais numerosas.

Em contraste a Tocqueville, Jules Michelet nasceu em uma família de origem modesta, mas seu pai, um pequeno tipógrafo, possuía condições ao menos para financiar seus estudos na Lyceé Charlemagne, onde começou a escrever seus livros em 1817, antes mesmo de se formar em letras. Foi um dos precursores da história, recusando o título romancista, que muitos lhe atribuíam devido ao seu estilo. “Nos termos da historiografia de Michelet, a literatura é tratada como uma forma de mundo, e sua diversidade como ‘línguas da história’”, (TEIXEIRA, 2017, p.627). E seus escritos enfatizavam a relevância do papel do povo na história, sendo o conceito de povo significativo nessa análise, especialmente ao considerar a estreita relação de Michelet com as classes baixas, pois quando se refere a povo é a elas que se refere.

Michelet se considerava diferente dos historiadores românticos porque escrevia suas obras com realismo, porque se contrapunha ao pensamento de muitos deles, especialmente os da metade do século XIX, que, quase sempre, queriam diminuir no espírito do povo, a idéia de união popular que teria predominado com a deflagração da Revolução Francesa. Segundo ele, esses historiadores caracterizavam o povo francês como uma classe totalmente limitada, frágil, cheia de conflitos. É justamente isso que ele condena, procurando em seu olhar demonstrar o outro lado do povo. (PEREIRA e OLIVEIRA, 2007, p.3-4).

Deste modo podemos compreender o posicionamento de Jules Michelet e da sua historiografia, como o de um sujeito que busca registrar a história do povo. De acordo com Peter Burke, “o Michelet defendia o que hoje poderíamos descrever como uma ‘história da perspectiva das classes subalternas’”, (BURKE, 1991, p.12). Em suas próprias palavras “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos” (BURKE, apud Michelet, 1991, p.12). Se por um lado seus críticos apontavam suas ideias como preconceituosas, radicais e inadequadas, Michelet advogava que eram seus críticos que carregavam todos esses vícios.

---

<sup>10</sup> CANTERO, Estanislao. "La Ideología Anticatólica de un Historiador: Jules Michelet" (2009, p.101). Traduzido do seguinte trecho: "Michelet tenía los prejuicios [...] del credo pequeño burgués de 1840: Horror a los reyes, fobia a los sacerdotes, temor de los jesuitas, odio a Inglaterra, culto a Alemania, principio de las nacionalidades, creencia en la infalibilidad del Pueblo".

Pode-se dizer que Tocqueville circulava em ambientes frequentados pela elite, que, por sua vez, desprezava o povo, desconsiderando sua importância social, essa constatação é baseada, em parte, na posição social ocupada por ambos os autores. Entretanto, Tocqueville valorizava a democracia como um valor superior, como um racionalista que via motivos para defender esses valores. “ A curiosidade central de Tocqueville é, portanto, muito cedo dirigida a exploração de todos os conceitos de democracia, considerada como um princípio dominante e inevitável de organização das sociedades modernas”. (FRELLER apud Furet, 2015, p.41).

Ao considerarmos a posição social de Tocqueville, como um aristocrata que temia os excessos do poder popular, e Michelet como um defensor da luta do povo, torna-se evidente uma dicotomia entre essas duas perspectivas, especialmente no que diz respeito à consolidação do regime democrático, ao legado da Revolução Francesa e aos princípios iluministas. Ao examinarmos esses fatores ideológicos que os distinguem, destacam-se suas concepções sobre liberdade. Enquanto Tocqueville enxergava o povo como um elemento com potencial autodestrutivo, capaz de ressuscitar regimes semelhantes ao absolutismo, ameaçando até mesmo a própria democracia, Michelet via na luta do povo o meio para alcançar a liberdade.

Tocqueville não diz que a Revolução não foi um acontecimento que produziu efeitos sociais e políticos para além da ideologia. Pelo contrário, ela aprofundou a igualdade de condições e introduziu seu princípio nas leis; unificou todas as partes da França em um único corpo; fortaleceu o poder central e estendeu sua esfera de influência; conferiu à nação se não ainda toda a realidade, ao menos toda a aparência do poder soberano. (FRELLER, 2013, p.173).

Sendo uma característica marcante da intelectualidade francesa e do pensamento iluminista, Michelet compartilhava de uma compreensão holística<sup>11</sup>; sendo muito influenciado pelas ideias da Ciência Nova, de Giambattista Vico, tendo utilizado essas ideias em sua própria obra historiográfica. Todavia, ao contrário de Vico, Michelet via a história como um processo contínuo de desenvolvimento cultural e social e não cíclico, ou seja, a história não é previsível, mas avança em direção a um progresso à medida que as massas se mobilizam pela mudança.

Com o mundo começou uma guerra que deve terminar junto com o mundo e não antes; a do homem contra a natureza, a do espírito contra a matéria, a da liberdade contra a fatalidade. A história não é outra coisa senão a narrativa dessa luta interminável. (MICHELET, apud Teixeira, 2017, p.625).

---

<sup>11</sup> O termo "holístico" refere-se a uma característica marcante do pensamento iluminista compartilhada por Michelet. Essa abordagem abrangente considera a história como um processo contínuo de desenvolvimento cultural e social, integrando fatores diversos em uma visão ampla e interconexa.

Michelet aponta para a revitalização da liberdade dos povos como o remédio necessário para contrapor a mediocridade imposta pelo sistema. No cerne de sua abordagem, está o reconhecimento das ações individuais e coletivas das pessoas comuns, suas aspirações e movimentos, como componentes fundamentais na modelagem dos destinos históricos. Michelet valoriza o engajamento ativo da população, sublinhando a importância das batalhas empreendidas em prol de direitos e liberdades. Através dessa perspectiva humanista e social, ele realça as vivências e contribuições daqueles que ocuparam posições centrais nos acontecimentos históricos: o povo.

Na visão micheletiana, o mundo capitalista é a grande causa da massificação do povo francês, e, assim, da submersão de um espírito autônomo. Michelet vê a solução para isso na revigoração da liberdade dos povos, e na superação da mediocridade, através da recuperação das tradições revolucionárias. (RIZO, 2000, p.187-188).

Com "massificação do povo", Michelet se refere à tendência de uniformização da sociedade, resultado da concentração cada vez maior de pessoas nas cidades, impulsionada pelo avanço do capitalismo industrial. Segundo a visão de Michelet, esse fenômeno de urbanização e industrialização levou a uma perda de identidade e individualidade entre os cidadãos, tornando-os parte de uma massa anônima e despersonalizada. Para o filósofo francês, essa massificação representava um desafio para a liberdade e a igualdade, pois privava os indivíduos de sua autonomia e os transformava em meros instrumentos do sistema econômico. A luta pela liberdade e igualdade, na concepção de Michelet, envolvia a valorização das particularidades de cada pessoa e a busca por oportunidades justas para todos, a fim de combater os efeitos negativos da massificação e restabelecer a plenitude da liberdade individual na sociedade.

Na medida em que esse combate configura-se como insubmissão a todas as formas de fatalidade, ele aponta para o problema da necessidade. A expansão da liberdade é, assim, expansão do direito, e seu horizonte de possibilidades tem como norte a equidade, a igualdade. (TEIXEIRA, 2017, p.126).

A conclusão de que a luta popular se configura em torno do princípio da igualdade é corroborada por Tocqueville, no entanto esse entendia que a homogeneização do povo, resultante da contínua busca pelo ideal de igualdade, apresenta-se como uma ameaça intrínseca à democracia. Ou seja, a busca incessante por igualdade resultaria num "Estado centralizador numa sociedade de massas que acaba se fechando, e oprimindo e liquidando as minorias dissidentes". (CARVALHO, 2018, p.109).

Portanto, pode-se inferir que Alexis de Tocqueville abraça a redução das desigualdades como um meio de impulsionar progressos democráticos, convergindo com os ideais de

Michelet. No entanto, é essencial notar que esses autores apresentam perspectivas divergentes em relação a movimentos revolucionários ou radicalismos na busca pela igualdade. Tocqueville defende uma abordagem gradual, através de reformas políticas, visando evitar os perigos de uma busca desmedida por igualdade, como a tirania da maioria e a perda das liberdades individuais. Por outro lado, Michelet pode ser interpretado como um defensor de ações mais enérgicas e radicais para promover transformações sociais, valorizando a busca por igualdade e liberdade de forma mais incisiva.

### 3.2: O ataque a Igreja e o Estado Secular

Das discussões anteriores, percebe-se que a Revolução Francesa concentrou-se no cristianismo, que legitimou o poder dos reis absolutistas na Idade Média. A base disso não foram os dogmas, mas sim o distanciamento dos fiéis da realidade e a opulência dos líderes religiosos, que justificaram tal abordagem. A intelectualidade ligada à revolução expressou seu espírito ao criticar desigualdades sociais, buscando reduzir a separação entre ricos e pobres. Para alcançar tais objetivos, adotou-se a filosofia anticristã, a centralização das questões humanas e a contestação da reputação da Igreja – vistos como meios confiáveis para alcançar as metas estabelecidas.

Como evidenciado no primeiro tópico do segundo capítulo deste trabalho, a perspectiva de Michelet se enquadra numa certa vertente da intelectualidade do século XIX, que construiu um arquétipo da Idade Média, retratando-a como um período obscuro, repleto de superstições e opressões, contrastando com a imagem de um mundo iluminado e progressista que emergia com a Revolução Francesa, a Revolução como o grande marco da contemporaneidade – abordagem vista como tradicional por muitos historiadores nos dias atuais –. “A Igreja exercera papel preponderante na edificação do maior flagelo que assolou os séculos da Idade Média: a monotonia e o tédio. Assim via Michelet essa Idade Média”. (RABELO, 2011, p.12). Essa visão estereotipada não apenas influenciou a percepção histórica durante o século XIX, mas também colocou as religiões em um antagonismo com a razão, sendo vistas como adversárias.

“A revolução funda a fraternidade no amor do homem pelo homem, no dever mútuo, no Direito e na Justiça. Essa base é fundamental, e não tem necessidade de nenhuma outra”. (MICHELET, 1989, p.43). Assim, Michelet adota, à sua maneira, uma aproximação com a

razão, enfatizando uma visão mais secular e humanista da sociedade francesa, centralizando a Revolução, obra do povo, como o ato inaugural desses novos tempos, negando a necessidade do mundo divino ou de outras crenças sobrenaturais para justificar a fraternidade e a cooperação entre os indivíduos.

Como já bem estabelecido, o esboço desse novo mundo, onde as reflexões humanas seriam focadas na terra em vez do céu, surgiu em um contexto específico de desigualdade extrema. É relevante enfatizar que Michelet não concebe a luta do povo como uma luta de classes sociais da maneira como Marx o faz. De acordo com o historiador Matheus Felipe Braga, nos escritos de Michelet, o povo é entendido como "[...] o grupo responsável por manter a harmonia social, no qual as contradições e os antagonismos não aparecem entre uma e outra" (BRAGA, 2021, p.61).

Nesta análise, é claro que parte dos intelectuais do século XIX via a incredulidade não apenas como descontentamento, mas também como forma de enfatizar questões humanas e materiais, deixando de lado as promessas religiosas. No entanto, Tocqueville contesta essa visão. Ele argumenta que as massas revolucionárias eram lideradas por pessoas apaixonadas e crentes, revelando uma religiosidade secularizada, motivada pela busca por igualdade.

Para compreender como a Revolução ascendeu, Tocqueville destaca algumas características importantes da sociedade francesa da época. Inicialmente, ele questiona juízos que, à primeira vista, parecem irresistíveis e evidentes. Por exemplo, a ideia de que as revoltas populares se justificavam por uma reação do povo à tirania e que buscavam liberdade. No entanto, Tocqueville descreve a França do século XVIII como um dos lugares mais livres em toda a Europa. De modo geral, ambos os autores utilizados como ponto de partida para esse estudo partem da ideia de que a igualdade foi o fator catalizador da luta revolucionária.

Neste trabalho, destacamos que as desigualdades entre o primeiro e o terceiro estado geraram tensões sociais significativas. No entanto, Tocqueville ressalta que essas desigualdades eram ainda mais acentuadas em outras partes da Europa. Ele atribui em grande parte à intelectualidade iluminista a responsabilidade pela formação da identidade revolucionária anticristã. Segundo Tocqueville, essa intelectualidade crítica em relação à Igreja e ao cristianismo se desenvolveu graças à liberdade de expressão avançada na França do século XVIII. Os pensadores, motivados por sua atitude contestadora, viam-se no papel de identificar os problemas da sociedade, e por meio de seus escritos, denunciavam a corrupção, a riqueza excessiva e os privilégios dos nobres, padres e bispos.



[...] a própria Igreja era o primeiro dos poderes políticos e o mais odiado, apesar de não ser o mais opressivo, porque veio a introduzir-se neles sem que sua vocação e sua natureza a chamassem para cumprir este papel e porque muitas vezes neles sancionava vícios que criticava alhures, cobrindo-os com sua inviolabilidade e querendo aparentemente torna-los tão imortais quanto ela própria. (TOCQUEVILLE, 1997, p.150).

Para explicar a rápida disseminação dos ideais filosóficos iluministas, Tocqueville ressalta que a França era sabidamente um país com um grande número de literatos e, conseqüentemente, também haviam muitos leitores. “[...] todo o espírito de oposição política gerado pelos vícios do governo [...] refugiou-se na literatura [...]”. (TOCQUEVILLE, 1997, p.150). Assim, os escritores e filósofos iluministas encontraram um terreno fértil para disseminar suas ideias críticas à sociedade e à Igreja. Armando um projeto de sociedade antirreligioso baseado na razão, que, embora barulhento, se fez presente como modelo do que foi a Revolução Francesa, não teve tanta penetração social quanto se pretendia.

O entendimento disso, nos endereça a localização de alguns dos grupos distintos que compunham o contexto estudado pelos autores e suas encruzilhadas entre as diversas classes sociais que existiam no século XVIII. A Revolução francesa, em seu sentido simbólico, continuou a ser alvo de disputa da intelectualidade do século seguinte, e algumas dessas características simbólicas, das quais a irreligiosidade é o foco dessa análise, denotam as diferenças de perspectiva entre Michelet e Tocqueville. Em linhas gerais, digamos que Jules Michelet era mais simpático ao iluminismo e ao ideal progressista, que tinha como um dos objetivos reduzir e até eliminar a influência do cristianismo das instituições políticas. “Michelet Dizia que os jacobinos ‘não são a Revolução’, mas o olho da Revolução, o olho para vigiar, a voz para acusar, o braço para bater. Para ele, o jacobinismo era uma nova Igreja”. (CARVALHO, 2018, p.235).

Contudo, entre os grupos sociais mais impactados pela disseminação das ideias iluministas, o próprio povo - alvo principal das aspirações revolucionárias e centro das reflexões de Michelet - não aderiu necessariamente aos ataques ao cristianismo. Segundo Tocqueville, a inclinação predominante era dissociar a religião das esferas do poder político. Efetivamente, uma parcela substancial da população francesa mantinha sua devoção religiosa arraigada e considerava a Igreja como um pilar fundamental da sociedade. É razoável supor que, caso os supostos formuladores da decadência da religião tivessem ponderado essas nuances, suas perspectivas poderiam ter sido substancialmente diferentes.

Pode-se dizer de uma maneira geral que, no século XVIII, o cristianismo tinha perdido em todo o continente da Europa uma grande parte de sua força.

Todavia, na maioria dos países, era antes abandonado que combatido com violência e até aqueles que o deixava, pareciam fazê-lo a contragosto. A irreligiosidade estava difundida entre os príncipes e os intelectuais; ainda não penetrara muito no seio das classes média e baixa; continuava sendo capricho de determinados espíritos e não uma opinião comum. (TOCQUEVILLE, 1997, p.149).

De acordo com Tocqueville, foi, portanto, a elite intelectual iluminista que procurou desacreditar a religião e a Igreja, afirmando que eram obstáculos ao progresso e à liberdade individual. “Os outros poderes só se faziam sentir vez ou outra, mas este, sendo encarregado de fiscalizar os trâmites do pensamento e censurar os escritos, incomodava-os diretamente”. (TOCQUEVILLE, 1997, p.150).

Dessa forma, foi se constituindo um arquétipo de que o científico se contrapõe ao fenômeno religioso em parte da intelectualidade oitocentista, no âmbito da secularização do novo arranjo sócio-político que se consolidava, o Estado-Nação, laico, que deveria se guiar pela razão. Podemos inferir, tal como fizemos ao longo de todo esse trabalho, a participação de Michelet na criação e na defesa desse modelo de organização política, embora ele não fosse propriamente um ateu.

Assim como Alexis de Tocqueville, vários intelectuais contemporâneos também valorizavam o pensamento religioso, reconhecendo sua função crucial na estrutura da sociedade. No entanto, mesmo ao apreciar tanto o povo quanto a intelectualidade iluminista, Tocqueville percebia uma clara discrepância entre ambos no contexto histórico. Em sua perspectiva, essa diferença não deveria gerar separação, mas sim incentivar colaboração. Tocqueville defendia a ativa participação da nobreza e do clero durante as transformações sociais na França, considerando-os agentes essenciais nesse processo.

Tocqueville considera que a nobreza e o clero deveriam participar do processo de transformações sociais por que passava a França, para “educar” a democracia e evitar o aprofundamento de seus traços de “barbárie”, bem como para impedir que ela continuasse a despontar a perda da liberdade que sucedera os primeiros anos revolucionários. (SCHALLENMUELLER, 2010, p.169-170).

Conforme Tocqueville discerniu, a redução do papel social da religião não se alinhava aos anseios coletivos da população. A mentalidade predominante permaneceu substancialmente intacta, com poucas alterações na maneira pela qual as pessoas interpretavam os acontecimentos. Apenas aqueles com recursos limitados experimentavam desconforto diante da ascensão da classe burguesa, uma vez que se esforçavam para alcançar uma posição mais próxima à nobreza, resultando frequentemente em perplexidade.

Para Tocqueville, intelectuais imbuídos do racionalismo iluminista exibiam um marcante interesse em visões utópicas para a sociedade, buscando posições outrora inacessíveis. Essa aspiração frequentemente se voltava a um alvo específico, especialmente o papel da Igreja, devido ao grande impacto que a religião exercia na sociedade – uma influência talvez almejada por eles próprios.

Com base nesta monografia, torna-se possível discernir três grupos de interesses no contexto da Revolução Francesa, em ambas as fontes analisadas, a “História da Revolução Francesa” (1847-1853) e “O Antigo Regime e a Revolução” (1856), nos quais o povo se apresenta, sem dúvida alguma, como o primeiro. Essa preeminência decorre de um motivo singelo: a população era a avassaladora maioria e, por conseguinte, detinha o efetivo poder. Essa supremacia se refletia tanto na esfera da estabilidade, conforme ponderavam teóricos como Tocqueville, os quais enfatizavam a importância das crenças na preservação de um determinado controle e na garantia da estabilidade social e política; quanto na esfera da instabilidade, uma vez que a insatisfação popular e a busca por melhores condições de vida se configuraram como forças motrizes proeminentes por trás da Revolução.

Adicionalmente, um grupo de notável significância é a elite intelectual, englobando filósofos, escritores, artistas e políticos que desempenharam um papel proativo no movimento revolucionário, ou que repensaram o movimento sob uma perspectiva enaltecida, tal como Michelet, que, “segundo os quais a razão e a ciência deveriam se sub-rogar em lugar da religião como novos fundamentos de legitimidade do poder”. (SCHALLENMUELLER, 2010, p.68).

Por fim, temos a aristocracia e a monarquia, que eram os principais alvos da Revolução, sob os quais recaiam as principais preocupações com o avanço revolucionário. De acordo com o historiador Daniel Gomes de Carvalho, acerca das posições do pensador aristocrata Tocqueville, dentre as suas preocupações o “jacobinismo é identificado como um perigo imanente ao impulso igualitário da democracia contra a liberdade aristocrata”. (CARVALHO, 2018 p, 170).

### 3.3 Conclusão do Terceiro Capítulo

Resumindo as diferentes visões apresentadas neste capítulo, abordamos principalmente o papel do Estado e da religião - em particular, a religião católica, que dominava na França

nesse período. Ela foi usada como uma ferramenta crucial de poder político até o declínio do absolutismo. Este trabalho explorou uma batalha entre desafiar a autoridade celestial em busca da autonomia humana. Essa luta foi liderada por intelectuais influentes, cada um com sua visão única do que seria uma sociedade ideal após o ponto de virada da Revolução Francesa. As posições defendidas por Michelet e Tocqueville, objetos deste estudo, se situam nesses acontecimentos em diferentes enfoques que refletem, entre outras variantes plausíveis, os seus lugares de inserção e participação em meio a intelectualidade oitocentista.

Destaca-se entre as ideias de Tocqueville, que no entender deste projeto se coloca como um realista frente aos desafios que as democracias fundadas no espírito da Revolução enfrentariam, sobretudo quanto as questões de equilíbrio entre liberdade e igualdade; a comparação entre o entusiasmo e o fervor que as revoluções religiosas geraram com os possíveis efeitos de movimentos políticos e ideológicos, o surgimento de crenças seculares.

Deste modo, as discussões travadas nessa monografia foram centradas na figura do povo, abordando suas mazelas e seu poder transformador, e as transformações inerentes ao recorte temporal proposto, na relação entre o povo, o Estado e a fé. Os debates exploraram perspectivas sobre como a ação popular poderia moldar o futuro das democracias e melhorá-las e as devidas implicações disso. Nesse sentido, deu-se início a aurora dos novos tempos, com a passagem do mundo espiritual para o mundo dos homens, onde para alguns deveria imperar a razão.

A secularização — a separação entre religião e política e o surgimento de uma esfera secular com dignidade própria — é sem dúvida um fato crucial no fenômeno da revolução. Na verdade, é bem possível que o que chamamos revolução seja precisamente essa fase de transição que resulta no nascimento de uma esfera nova, de tipo secular. Mas, se assim for, é a própria secularização, e não o conteúdo da doutrina cristã, que constitui a origem da revolução. (ARENDRT, 1988, p.53).

Conforme abordado neste capítulo 3, as análises ideológicas das obras de Michelet e Tocqueville, respectivamente, “História da Revolução Francesa” (1847-1853) e “O Antigo Regime e a Revolução” (1856), revelam notáveis divergências em suas abordagens sobre a natureza da ação popular; a natureza ideológica da Nova Era pós-revolucionária; e a relação crucial entre liberdade e igualdade.

À luz das reflexões de Hannah Arendt em "Sobre a Revolução" (1963), a Revolução Francesa, marco da era contemporânea, desencadeou-se devido ao surgimento de uma nova mentalidade entre as massas, que questionava a ideia de que sua condição miserável era inerente

e considerava a possibilidade de uma mudança para melhor por meio do envolvimento político. Nesse sentido, esta análise ressalta que toda a problemática desenvolvida ao longo deste trabalho tem como eixo central essa percepção transformadora.

Em Michelet, a busca incessante por mudança e a consciência desse poder transformador são elementos impulsionadores da democracia, culminando em uma autêntica busca por igualdade e liberdade. Por outro lado, em Tocqueville, tal poder é objeto de preocupação, uma vez que ele pode levar a desequilíbrios e à concentração excessiva de autoridade.

As conclusões deste projeto destacam que ao longo do século XX, com seus avanços sociais e tragédias, é possível identificar paralelos com algumas das ideias pronunciadas por Michelet e Tocqueville um século antes. Desde as conquistas nos direitos trabalhistas até as crises das democracias liberais, a ação popular emerge como um elemento de profundo impacto. Muitas vezes desassociada de motivações religiosas, essa ação se apresenta como um agente capaz de catalisar transformações significativas, independentemente da avaliação – positiva ou negativa – que os registros da história contemporânea possam atribuir a essas mudanças.

Com base nas evidências apresentadas, reforça-se a ideia de que, apesar do distanciamento entre as instituições políticas e a religiosidade, o império da razão nunca foi totalmente estabelecido no século XIX, como interpretações mais redutoras poderiam sugerir. A sociedade secularizada, que emergiu após a Revolução Francesa, manteve muitos dos seus dogmas religiosos. Isso se deve ao fato de que, como mencionado ao longo desta monografia, o principal agente revolucionário, o povo, não tinha como objetivo eliminar tais dogmas. Dessa forma, a religião continuou exercendo uma influência significativa sobre o povo, a democracia e suas instituições, mesmo que de forma indireta.

A secularização do Estado-Nação emerge como o cerne de parte do pensamento intelectual do século XIX, ocupando algumas das reflexões de Michelet e Tocqueville, ambos herdeiros da Revolução Francesa, embora com abordagens distintas. Enquanto Michelet possivelmente destacaria esse tema como uma conquista amadurecida da Revolução, Tocqueville poderia contestá-lo, enxergando-o como uma criança prematura, vítima dos tumultos revolucionários. A dicotomia entre o olhar otimista e cauteloso desses autores enriquece a compreensão das transformações políticas e sociais que permearam a construção do Estado secular e suas implicações para a compreensão da democracia moderna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas considerações acerca desse estudo, que tratou de elucidar um pouco das perspectivas de Michelet e Tocqueville sobre o fenômeno da Revolução Francesa em sua relação com a fé e a razão iluminista – numa dinâmica de declínio da fé e em uma ascensão gradual da razão –, constata-se uma mudança no papel a ser desempenhado pelas universos das crenças, não se referindo especificamente a crença cristã em suas diversas matrizes desde a Reforma, pois nos termos de Tocqueville a própria ação revolucionária durante Revolução Francesa se manifestava de forma mais aparentada com as religiões do que qualquer tipo de racionalismo pudesse sugerir. A fé se desvinculava do poder político.

Por sua vez, e talvez por causa disso, Michelet, que visualizava o embate entre as antigas estruturas e o que denominava de povo, de uma plateia diferente da do autor de “O Antigo Regime e a Revolução”, via a Revolução Francesa como uma obra de libertação construída pelo povo e para o povo, destacando o afastamento e a desnecessidade de Deus na construção de uma nova sociedade mais justa. Tocqueville observava justamente o contrário, para ele, sem algo maior e que transcende o mundo material em que acreditar, perde-se a sustentação das normas que garantem a sociedade. Daniel Carvalho explica, que Tocqueville considerava “a religião de um indivíduo” como algo “muito íntimo e ligado a suas posições políticas”, e que as pessoas buscavam “harmonizar a terra com o céu”. (CARVALHO, 2018, p.138-139).

As análises das fontes estudadas neste trabalho, notadamente as obras de Michelet e Tocqueville, que lançam luz sobre o cenário do século XIX, onde as atenções se voltavam às questões institucionais e à maneira como seriam redefinidas após o marcante evento de 1789, fica evidente o impacto crucial do movimento iluminista como um influenciador intelectual de mudanças percebidas como benéficas por ambos os autores. Apesar disso, surge uma divergência fundamental entre eles em relação à natureza da ação popular e aos potenciais resultados que tal ação poderia gerar nas democracias.

As considerações de Hannah Arendt acerca da mudança de mentalidade na idade moderna – de pessoas que aceitavam suas posições sociais precárias como naturais para pessoas que as questionava e vislumbravam a transformação – é a melhor síntese do contexto vivenciado, relatado e estudado por Michelet e Tocqueville que este trabalho de monografia pode encontrar. Partindo disso, ambos os autores teciam suas inquietações com o futuro das sociedades pós Revolução de 1789, dos quais eu destaco a por diversas vezes citada ao longo

deste trabalho, preocupação de Tocqueville com o destino das democracias, com a possibilidade de culminarem em ditaduras, e o enfoque de Michelet em manter o espírito revolucionário, de transformação e busca por condições mais justas, aceso para a posteridade, este é o legado a que ele atribuiu a história o dever de jamais deixar morrer.

A resultante do conflito explorado por esta pesquisa, entre a fé e a razão em "O Antigo Regime e a Revolução" (1856) e "A História da Revolução Francesa" (1847-1853), culminou no conceito do "Estado Secular", afastado do domínio das crenças. Nas palavras de Hobsbawm, uma das características predominantes entre 1789 e 1848 era que “com pouquíssimas exceções, todos os pensadores de importância [...] falavam o idioma secular, quaisquer que fossem suas crenças religiosas particulares”. O renomado historiador inglês continua a observar que nesse período, frequentemente, havia duas perspectivas compartilhadas entre aqueles que debatiam sobre a essência da sociedade e sua trajetória a partir desse ponto: “a dos que aceitavam a maneira pela qual o mundo estava-se conduzindo e a dos que não a aceitavam; em outras palavras, os que acreditavam no progresso e os outros”. (HOBSBAWM, 2011, p.369).

## REFERÊNCIAS E FONTES

### 4.1: Fontes

MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa**. Da queda da Bastilha à festa da federação. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo Regime e a Revolução**, Editora UnB, 4<sup>o</sup> edição. Brasília, 1997.

### 4.2: Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Companhia das Letras. Publicado mediante acordo com Viking. Parte do Penguin Group (USA) Inc. 1<sup>a</sup> edição brasileira: Sobre a Revolução. Ática/ UnB. 1988.

BRAGA, Matheus Felipe Rodrigues. **Michelet e Marx na Fronteira do Século XIX**. Revista Espaço Livre. 2021.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. Editora Brasiliense. 7<sup>a</sup> Edição. 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. 1929 – 1989. A Revolução Francesa da Historiografia. 2<sup>a</sup> Edição. Editora Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo, 1991.

CANTERO, Estanislão. **La ideología anticatólica de un historiador: Jules Michelet**. 2009.

CARVALHO, Daniel Gomes. **O pensamento radical de Thomas Paine (1793-1797)**, artífice e obra da Revolução Francesa. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2018.

CERTEAU, Michel De. A Operação Historiográfica. **A escrita da história**. Rio De Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DOS ANJOS, Elisa Roubert Lage; MACHADO, Juliana Werneck. **A Escrita De Uma Revolução: Um Diálogo entre Aléxis de Tocqueville e Jules Michelet**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.



FRELLER, Felipe. **Guizot, Tocqueville e os princípios de 1789**. Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. São Paulo, 2015.

FRELLER, Felipe. Tocqueville e os teóricos contemporâneos da Revolução Francesa. **Primeiros Estudos**. São Paulo, n. 4, p. 167-177, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A Era Das Revoluções**. 1789 – 1848. Paz e Terra. São Paulo, 2011.  
NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. As desilusões de um historiador: as idades médias de Michelet. **Intelligere**. Revista de História Intelectual, nº11, pp. 52-62. 2021.

PASOLD, Cesar Luiz. Alex de Tocqueville: **Percepção Jurídica e Política da Revolução Francesa**. Revista NEJ. 2010.

PEREIRA, Jacqueline Nunes e OLIVEIRA, Terezinha. **Baixa Idade Média, Mulher e Povo em Michelet**: Um Projeto Político de Nação para o Século XIX. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional De História. São Leopoldo, 2007.

PETITIER, Paule. **Michelet e a História-Ressurreição**. Université Paris Diderot. Paris. Tradução do Prof. Dr. Pablo Simpson, Departamento de Letras Modernas, UNESP/São José do Rio Preto, 2013.

RABELO, Agnaldo Wanderson Santos. **Michelet, Desesperança e fúria na Idade Média**: nasce a Feiticeira. Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais – Salvador, agosto 2011.

RIZO, Gabriela. A Renascença De Michelet A Tarefa Pedagógica Do Historiador Diante De Seu Povo. **Hist. Ensino, Londrina**. v. 6, p. 187-198, Out. 2000.

SCHALLENMUELLER, Christian Jacob. Religião e Revolução nas principais obras de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. 17, 2/2010, pp.153-171.

SCHWARCZ, Lília. Jules Michelet. Jurandir Malerba, *at all*. **Lições de História**: O caminho da ciência no longo século XIX. – Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Michelet, Teórico do Romance. **ALEA | Rio de Janeiro** | vol. 19/3 | p. 618-635 | set-dez. 2017.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**: Leis e Costumes. Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil. Editora Martins Fontes. 2º Edição. São Paulo, 2005.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa**. 1789 – 1799. Editora UNESP. 2012.




**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
(X) Monografia  
( ) Artigo

Eu, RODRIGO SANTOS CARVALHO, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação: “ENTRE A RAZÃO ILUMINISTA E A RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS DE MICHELET E TOCQUEVILLE SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA NO SÉCULO XIX”, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos - PI - 16 /11/ 2023

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Assinatura